



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 32ª
(TRIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo para que, a exemplo dos anos anteriores – sempre foi assim –, a gente possa votar, em primeiro turno, o projeto da Lei Orçamentária para 2017, deixando-a como última matéria a ser votada em segundo turno.

É importante destacar, Sr. Presidente, que nós tivemos quatro relatórios parciais – do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Rafael Prudente, do Deputado Julio Cesar e do Deputado Prof. Israel – e que o relatório geral contemplou todas as solicitações feitas. Foi aprovado por unanimidade na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

A exemplo dos anos anteriores, eu gostaria que V.Exa. colocasse esse projeto em votação no primeiro turno, porque ele será, em segundo turno, a última matéria a ser votada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Agaciel Maia, o projeto está na pauta da sessão extraordinária em primeiro turno.

Item nº 1:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.368, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS – DF e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A Presidência informa que a proposição necessita de dezesseis votos para aprovação.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou votar favoravelmente, mas quero fazer um apelo ao Deputado Wellington Luiz. Nós aprovamos 48 milhões de reais para a Polícia Civil, que constam da proposta orçamentária, e é importante que o Deputado vote a favor desse projeto do Refis. O próprio Deputado Rafael Prudente, que é do PMDB e é a favor do setor produtivo, já votou favoravelmente, na Comissão. Esse dinheiro dará condições ao governo de fazer o enfrentamento das demandas e dos pleitos, principalmente os dos servidores públicos.

Portanto, eu quero fazer um apelo ao nobre Deputado Wellington Luiz, que está cheio de marra, porque agora foi eleito Vice-Presidente, para que vote favoravelmente a esse projeto, porque é justo, Deputado.

Eu votarei “sim”.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que uma coisa precisa ficar clara. Esse tipo de projeto trata única e exclusivamente da questão de multas – que hoje são de 200% – que são aplicadas ao setor produtivo, e elas estão sendo parceladas para que sejam pagas. Eu sei de supermercado no Distrito Federal que, se não houver esse parcelamento, vai fechar. São centenas de trabalhadores que ficarão desempregados.

Portanto, eu não estou aqui votando para o Sr. Rollemberg. Eu estou votando para ter mais autoridade ainda de cobrar o pagamento do reajuste dos servidores. Por isso votei “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.368, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS –DF e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber de V.Exa. se está incluída na Lei Orçamentária Anual a emenda que abre a possibilidade do pagamento da gratificação dos trabalhadores da saúde,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

um negócio chamado GATA – Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa. Se estiver, eu peço a V.Exa. que a gente vote agora na sessão extraordinária, em primeiro turno, o Orçamento, conforme sugeriu o Deputado Agaciel Maia, e que a gente feche a sessão de hoje votando o Orçamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Qual o número do projeto?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É uma emenda para colocar na LOA – Lei Orçamentária Anual o pagamento da Gata.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu vou pedir à assessoria para verificar isso e a gente informa a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero me somar ao Deputado Chico Vigilante com relação ao pedido dessa gratificação.

Segundo, eu gostaria de, mais uma vez – agora nós acabamos de dar um voto de confiança ao Governo do Distrito Federal –, pedir para o governo honrar o compromisso de mandar o projeto do SLU – Serviço de Limpeza Urbana para esta Casa. (Palmas.)

Houve um acordo, e eu acho que acordo é para ser cumprido. Não é possível que o Governador não consiga honrar um só acordo. Então, isso é necessário. Senão, a partir de agora, da minha parte, eu vou começar a trancar a pauta.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.367, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.017, de 18 de janeiro de 2013, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Do que se trata essa lei?

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Sandra Faraj realizou uma audiência pública, bastante concorrida, para discutir a crise do setor produtivo e a migração de empresas para fora do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

Então, o Governo do Distrito Federal mandou um projeto para tentar equacionar os problemas levantados naquela audiência. A matéria constitui, hoje, esse projeto denominado Ideas. Então, o projeto vem para colaborar no sentido de o setor produtivo manter-se aqui no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.367, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.017, de 18 de janeiro de 2013, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.235, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, vegetal e de microorganismos processados no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.235, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, vegetal e de microorganismos processados no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.390, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP, à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, na forma que especifica, e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o item nº 4 ou nº 5?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Chico Vigilante, já é outra sessão. Vou encaminhar a pauta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É porque V.Exa. é rápido.

Isso é resultado de quem come bode e toma uma cachacinha. Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sempre tivemos o hábito de seguir a pauta, é claro, mas, hoje nós temos a nossa galeria lotada. Aproveito para cumprimentar o Sindate-DF, o pessoal do SLU, os dentistas e o pessoal da Polícia Civil.

Sr. Presidente, existem alguns pedidos, alguns pleitos aqui que não são projetos, especificamente, são lutas e tal. Mas, antes, inclusive, de continuarmos a votação, eu faço apelo para que o Líder do Governo se manifeste sobre o projeto do SLU. O Deputado Wellington Luiz falou, temos dificuldade porque fica parecendo que eles são invisíveis e eles estão ali aguardando uma resposta do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Quero informar à Deputada Celina Leão que o projeto ainda não chegou à Casa. Assim que o Deputado Delmasso, Líder do Governo, chegar, ele vai explicar.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa. Por favor, silêncio, porque o Deputado vai se manifestar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero reafirmar aqui as palavras da Deputada Celina Leão. Essa mobilização dos servidores foi construída com enorme dificuldade. Eles vieram aqui na expectativa de uma resposta, depois de várias reuniões que ocorreram. E, realmente, a própria Sra. Secretária Adjunta, Ledamar, esteve com a categoria. Eles reuniram-se por mais de uma vez, e existe uma proposta alternativa ao projeto de lei que foi declarado inconstitucional. Ou seja, ela vai equacionar o projeto de lei. E houve o debate sobre a possibilidade do compromisso da TLP – Taxa de Limpeza Pública. Para isso, o governo ficou de encaminhar o projeto.

Então, é extremamente necessário, Sr. Presidente, que aquilo que for negociado tenha desdobramento, porque fica uma desmoralização para nós, que acreditamos, vamos às mesas de negociação, e, de repente, saímos com uma mão na frente e outra atrás. Este é o problema que está acontecendo: a perda da credibilidade das autoridades que têm o papel de negociar esse tipo de coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Wasny de Roure, vou consultar o Líder do Governo, Deputado Delmasso, sobre se há previsão de o projeto chegar à Casa.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.322, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais de terrenos e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial e Urbana – IPTU, para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

Foram apresentadas emendas ao projeto.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito passarmos para o próximo item de pauta, porque um substitutivo a este projeto está sendo fechado para ser apresentado para análise.

Quanto ao projeto do SLU, acabei de falar com o Chefe da Casa Civil, e ele está fazendo uma consulta à Procuradoria, para verificar a viabilidade jurídica de encaminhar esse projeto à Câmara.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 6:

Discussão e votação, 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.321, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para o exercício de 2017”.

Tramitação concluída. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre a emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa da Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, Sandra Faraj, ao Projeto de Lei nº 1.321, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para o exercício de 2017”.

Essa emenda só ajusta a questão de redação. Altera o § 2º do art. 1º. “§2º O disposto no art. 2º, § 6º, da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, é atendido com a publicação de ato do Subsecretário da Receita, no Diário Oficial do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

Federal, que contemple somente os itens incluídos ou alterados na pauta de que trata o *caput*".

Sobre a Emenda Modificativa nº 1, ela faz apenas um ajuste de redação, retirando a palavra "modificada", deixando somente a palavra "pauta", o que não altera basicamente em nada o projeto.

Então, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, dou como aprovada a Emenda Modificativa nº 1, de autoria da Deputada Sandra Faraj.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.321, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002, que cria área para instalação do Parque Tecnológico Capital Digital".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para declaração de voto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só vou votar quando o governo mandar o projeto do SLU para esta Casa. Eu me comprometi e assim o farei.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que, em fevereiro de 2015, o pessoal do SLU já havia começado a fazer as visitas à Câmara Legislativa pedindo por esse projeto. Inclusive eu participei de algumas audiências públicas. Nós já estamos encerrando mais um ano legislativo sem que o governo mande uma resposta. O Deputado Wellington Luiz e a Deputada Celina Leão fizeram indagações. Agora nós temos o Líder do Governo presente aqui no plenário, e eu gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Delmasso, na qualidade de Líder do Governo, para que ele possa responder que dia e que horas esse projeto vai chegar aqui na Câmara Legislativa.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Deputado Rafael Prudente, obrigado a V.Exa. por ter abordado isso. Eu falei agora há pouco com o chefe da Casa Civil. Perguntei a ele sobre esse projeto e também sobre o projeto relacionado à alteração da nomenclatura dos agentes socioeducativos. Perguntei sobre esses dois projetos.

Em relação ao projeto do SLU, existe um questionamento feito pela Procuradoria com base naquilo que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tendo em vista que isso pode ser considerado um aumento de despesa de pessoal, o Secretário Sérgio Sampaio está conversando com a Procuradora, Dra. Paola Aires Corrêa Lima, para dirimir esses problemas – eu falei com ele agora há pouco pelo telefone –, a fim de verificar qual seria a melhor forma, qual o melhor texto para que o governo não implique em crime de responsabilidade com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, Deputado Rafael Prudente, o Secretário Chefe da Casa Civil, Dr. Sérgio Sampaio, junto com a nossa Procuradora-Geral, está construindo essa forma. O texto realmente já está na Casa Civil. Já existe uma pré-proposta para ser encaminhada à Câmara Legislativa. O que é necessário é que se vença esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

imbróglgio jurídico, que se vença esse impedimento estabelecido na lei. Porque eu tenho certeza de que nenhum Deputado aqui quer aprovar uma lei neste plenário que possa ser considerada inconstitucional. O governo vai ter que vetar logo após essa aprovação.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Deputado Delmasso, e quero pedir celeridade, porque não é possível o governo precisar de dois anos para fazer um projeto de lei. Também não é possível que ele demore dois anos para discutir o projeto na Procuradoria do Distrito Federal. Eu acho que o governo tem toda a condição de encaminhar esse projeto até o final da votação ou até o final do dia em que votarmos a lei orçamentária do próximo ano.

Deixo este registro: é um desrespeito a esses servidores. Não falta dinheiro para pagar pessoal, Deputado Juarezão. Nós temos um projeto de lei protocolado nesta Casa, que devolve mais de 100 milhões de reais de gastos com pessoal, para pagar custeio da máquina pública. Então, está sobrando dinheiro para pagar pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado.

(Assume a Presidência a Deputada Luzia de Paula.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Item nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.261, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015”.

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Foi apresentada uma emenda de plenário. Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda.

Na ausência do Relator, o Deputado Agaciel Maia, a Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

(Manifestação de protesto na galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Solicito ao pessoal que está na galeria que escute. Nós estamos em processo de votação. Quanto mais demora, mais difícil fica. Nós queremos votar o projeto de vocês também.

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Por favor, pessoal! Nós estamos em processo de votação. Após a votação e a leitura, vocês podem se manifestar, porque isso é muito importante e democrático.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente para proferir parecer.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa nº 16 ao Projeto de Lei nº 1.261, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015”.

Sra. Presidente, a emenda visa a suplementar aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 os valores de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) e R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), respectivamente, na fonte Tesouro, ação 2.875, Projeto Boleiros, localização 99, Despesa Corrente, cancelando-se o respectivo recurso do Programa 6.208 – Território da Gente.

Visto que não há nenhuma objeção, o nosso parecer, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, é pela aprovação da matéria.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 9:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “homologa convênio de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nº 56/12 e cláusulas primeira, inciso CLXXVII do convênio do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS 107/2015”.

Aprovado o parecer favorável da CEOF, a CCJ deverá se manifestar sobre o projeto. A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente. Eu agradeço a V.Exa. Enquanto a Deputada Sandra Faraj se prepara para proferir o parecer, quero deixar bem claro que nós Parlamentares, principalmente com base na proposta de emenda à Lei Orgânica do Deputado Ricardo Vale, vamos trabalhar para que ela seja aprovada.

Eu, como Presidente da CPI da Saúde, sou totalmente contrário à implantação das OS, até porque nós sabemos que o sucateamento da saúde hoje é premeditado para justificar... Gente, esse é um ato criminoso, nós sabemos disso! Não vamos deixar que isso aconteça no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Passa-se à retificação da ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “homologa convênio de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nºs 16/2015 e 130/2015”.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, rapidamente quero dizer que há alguns projetos importantes aqui para serem votados, mas a galeria se manifestou dizendo que estaríamos votando aumento de IPVA. Isso não é verdade. Está certo? O projeto que votamos a respeito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

de IPVA é sobre a pauta de valores que anualmente temos que aprovar. Está certo? Eu não vou votar aumento de imposto. Eu faço esse compromisso aqui. Nenhum tipo de aumento de imposto vai ter meu voto.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que profira parecer sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “homologa convênio de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nºs 16/2015 e 130/2015”.

Sra. Presidente, o PDL nº 231, de 2016, atende aos princípios de constitucionalidade, legitimidade e regimentalidade, não havendo nenhum óbice quanto a sua aprovação.

Assim, no âmbito dessa Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Em discussão parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A Presidência informa que a proposição necessita de 16 votos para a sua aprovação.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

Em virtude da falta de *quorum* para esta matéria, passamos a outro item de pauta.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.323, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial – CODIPIR, dispõe sobre suas atribuições e sua organização e dá outras providências”.

Aprovados os pareceres favoráveis da CEOF e da CDESCTMAT, com emendas proferidas; parecer favorável da CEOF às emendas da CDESCTMAT; proferidos os pareceres favoráveis da CEOF sobre as emendas da CDESCTMAT.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Ao projeto, foi apresentada uma emenda. Vamos aguardar a orientação da Assessoria da Mesa. Vamos fazer um intervalo nas falas para que a Assessoria da Mesa nos oriente. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Informo que foi apresentada uma emenda substitutiva de plenário ao projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria, emenda de plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, esse projeto é importantíssimo, trata do Conselho da Igualdade Racial. Ele estava todo certo com relação ao projeto original, mas parece-me que tem um substitutivo ao projeto, e nós não conhecemos dele.

Portanto, eu peço vista do projeto para que tomemos conhecimento do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. não pode pedir vista, mas, sim, adiamento da votação.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Está adiada a votação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quanto ao item nº 14, eu pediria que o apreciássemos daqui a pouco porque eu ainda não recebi umas emendas que quero apresentar. Mas poderíamos adiantar os itens subsequentes, enquanto essas emendas chegam para podermos assiná-las e encaminhá-las. Ela aperfeiçoa o projeto de lei do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Por favor, Deputado Wasny de Roure, mencione o número do projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – É o Projeto de Lei nº 1.364, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu tenho a maior confiança em V.Exa., mas creio que a Assessoria da Mesa a orientou de forma errada. Eu posso, sim, pedir vista, como qualquer Deputado pode pedir vista. Posso, tenho direito.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Pode pedir vista do parecer, não do projeto, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim, Sra. Presidente, peço vista do parecer, porque existe o novo... Eu quero tudo do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Do parecer, V.Exa. tem todo o direito de pedir vista, e esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós já alertamos sobre isto mais de uma vez: conversei com o Líder do Governo, conversei com o Secretário de Governo, que é quem faz a articulação aqui dentro do plenário. Não tem como votarmos esse projeto agora. Não tem.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com todo respeito ao Deputado Chico Vigilante, isso é na visão dele. Quando ele fala nós, refere-se a um grupo de Deputado.

Eu entendo que o projeto está maduro. As pessoas estão esperando há trinta anos, e esse projeto está aqui há quatro meses. Então, o projeto tem, sim, condições de ser votado, e nós gostaríamos que ele fosse incluído e votado.

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É a visão da bancada do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, falo pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Nós temos condição de votar esse projeto também, dada a discussão que já houve. Então, o bloco gostaria de encaminhar pela votação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, por parte do PPS, também há acordo. Então, acho que devemos consultar todos os líderes aqui. Nenhuma minoria vai impor a vontade da maioria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para deixar claro aqui também que o bloco PMDB/PR está à disposição para votar o projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acho que é o seguinte: esta Casa é a casa do entendimento. Aqui não se trata de maioria ou de minoria. E os que se acham vitoriosos hoje, a maioria, amanhã poderão ser minoria, como já foram várias vezes.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, nós já passamos do processo eleitoral. Acho que as pessoas têm que largar as magoas de lado. Ninguém está falando em vitorioso ou derrotado, até porque acho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

que, após a eleição, todos nós somos presididos por um único presidente. Então, acho que esse discurso não é adequado para este momento. O que coloquei é que, num processo democrático, é consultada a maioria, os líderes. Se há entendimento do líder e se há entendimento do próprio governo de que é para votar, não entendo por que não vamos votar. É só esse o encaminhamento, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no início da sessão, nós solicitamos que, antes de entrar em apreciação a matéria, nós pudéssemos ter uma reunião dos Deputados com o Secretário para haver um entendimento sobre as emendas apresentadas. Então, Sr. Presidente, se tem resposta para os problemas, é desnecessária a nossa palavra. Que passe, então, nas Comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu quero chamar o Líder do Governo, Deputado Delmasso, para se manifestar.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o grande impasse do projeto está em cima de uma emenda que foi apresentada sobre posse de terra pública. Acho que o grande impasse desse projeto está nesse ponto. Existe uma emenda – não sei de quem é a autoria – que foi apresentada em relação a posse de terra pública. Esse é o grande entrave da votação ou não desse projeto.

Então, o que eu queria solicitar a V.Exa., Deputado Juarezão? Existe o pedido da Bancada do Partido dos Trabalhadores para a retirada do projeto e existe o pedido de outras bancadas para votarmos esse projeto. Eu queria pedir que déssemos continuidade à votação. Tentaríamos entrar em consenso sobre esse projeto e colocá-lo-íamos no final, para que, se existir algum consenso de votá-lo com ou sem emenda, demos andamento à votação dele.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um esclarecimento, que acho que é importante, porque, dependendo do jeito que se fala, fica parecendo até um projeto que foi desvirtuado. Quando se fala de posse de terra pública, são pessoas que estão há mais de trinta anos em áreas rurais. Então, há um tempo delimitado. Se o próprio governo não está derrubando casas que estão a partir de julho de 2014... Nós estamos falando de um critério de quase trinta anos em áreas rurais, de pessoas que mantiveram a referência em áreas rurais. Eu disse isso para deixar claro o assunto, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

Wasny de Roure, senão fica parecendo que colocaram emendas de última hora para ludibriarem quanto à questão da terra pública.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, Deputado Juarezão, nós fizemos há pouco uma observação, uma pergunta, que, até agora, a Mesa não respondeu. Ela foi feita pelo Deputado Agaciel Maia. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deveria ser ouvida? Qual é a resposta? Precisa ou não precisa ser ouvida?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – É porque eu estava fora. Sobre qual projeto?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sobre o Projeto nº 1.281, que está na Ordem do Dia. Sobre se deve passar pela CEOF ou não. Essa é a primeira resposta que se precisa dar. Se não tem que passar na CEOF, aí tem que passar na CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Foi despachado, Deputado, para a CEOF.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Foi despachado. Então, está na CEOF. Aí o Presidente da Comissão estabelece que seja dado parecer às emendas ali apresentadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu acato também a solicitação do Líder do Governo.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.364, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal a se filiar às redes, fóruns, organismos e instituições de caráter internacional”.

Aprovados os pareceres favoráveis da CAS e CEOF. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço que passe para o próximo item, porque estão chegando algumas emendas, só para deixarmos de apresentar isso no segundo turno. Retornaremos nos próximos minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Passamos ao próximo item.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.366, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS que especifica, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu pareceres das Comissões. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só lembrar – o Líder do Governo está aqui, o Deputado Delmasso – que não há acordo para se tirar a emenda. Se se tirar a emenda, não haverá votação e aí vamos voltar com o nosso substitutivo. O acordo é outro, e acordo é para ser cumprido, a não ser que esta Casa se esqueceu disso.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, se se tirar a emenda, não se beneficiarão os posseiros, que estão há mais de trinta anos na posse. Então, não há condições, não há acordo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não vai fazer justiça, Sr. Presidente. Não adianta, não será feita justiça para quem espera há trinta anos. Aí o projeto está desfigurado.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. encaminhasse... Temos aqui membros da CEOF que podem fazer o parecer com a emenda, porque é questão de justiça com os pequenos produtores. É justiça com as pessoas que estão há mais de trinta anos na terra. Não estamos falando de especuladores, não estamos falando de grileiros, estamos falando de produtores rurais especificamente.

Então, eu queria pedir a V.Exa. para fazer justiça a esses produtores rurais, que estão esperando há tanto tempo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quando fizemos toda a reestruturação da Câmara Legislativa e garantimos um plano de cargos e salários, nós tivemos dúvidas sobre a questão dos policiais legislativos, até quanto à redação. Nós estávamos com o projeto pronto para ser votado naquele momento, mas tivemos dúvidas. Então, infelizmente, não foi votado ainda no primeiro semestre.

Solicito também que votemos o Projeto de Lei nº 1.191, da Câmara Legislativa, dos policiais legislativos, fazendo justiça. Isso era para ter sido feito ainda quando foi aprovado todo o plano de cargos e salários. Foi, inclusive, pedido um acordo pelo próprio sindicato, mas, de última hora, por conta da redação, tivemos dúvidas, e ficou um pedido para que o fizéssemos no final do ano. Então, solicito que se inclua na pauta o Projeto de Lei nº 1.191.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.366, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS que especifica, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências”.

O parecer é pela aprovação, com a Emenda Aditiva nº 1, a Emenda Modificativa nº 2, a Emenda Aditiva nº 3 e a Emenda Aditiva nº 4.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer é pela aprovação do projeto e das emendas.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto propõe a formação de um fundo a partir de uma redução das alíquotas de ICMS e, conseqüentemente, esse recurso que está baseado na chamada cláusula primeira do Projeto de Lei nº 1.366, de 2016, com base no convênio nº 42, de 2016. Ele oferece uma absoluta insegurança jurídica e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

consequentemente, provoca sérios efeitos de natureza de arguição por parte dos órgãos de controle, principalmente por parte do Ministério Público.

Assim, diz a cláusula primeira, do convênio 42, de 2016, no § 2º: “O descumprimento do disposto no *caput* por três meses resultará na perda definitiva do respectivo incentivo ou benefício fiscal, financeiro-fiscal, financeiro ou de regime especial de apuração.” Esse é o principal fato que torna esse projeto um impositivo de absoluta insegurança jurídica a esta Casa.

Eu quero, inclusive, aqui, me reportar a um recente voto da Ministra Cármen Lúcia sobre essa matéria: “(...) o direito da pessoa à estabilidade em suas relações jurídicas. Esse direito articula-se com a garantia da tranquilidade jurídica que as pessoas querem ter, com sua certeza de que as relações jurídicas não podem ser alteradas em uma imprevisibilidade que as deixe invisíveis e inseguras quanto ao seu futuro, quanto ao seu presente e até mesmo quanto ao seu passado.

Utilizando-se desse princípio e o aplicando-o às isenções tributárias, extrai-se que, em relação a isenções já concedidas, as alterações legais promovidas pelo legislador não poderiam surtir efeitos aos fatos ocorridos no passado ou ainda que se iniciaram antes da edição da lei. Portanto, quando da ocorrência de isenções de ICMS concedidas por prazo certo e sobre certas condições, parece-nos inegável que, mesmo tendo o legislador o direito de alterar ou extinguir a lei isentiva, as possíveis mudanças que venham a surgir após esta não produzirão nenhum efeito para os contribuintes que já gozavam do benefício e cumpriam com os encargos impostos.

Assim sendo, em se tratando de isenções de ICMS, concedidas por prazo certo e em função de determinadas condições, parece-nos inegável serem inconstitucionais as mudanças e sanções trazidas pelo Convênio 42/16, visto que os fatos já tinham ocorrido antes de sua ratificação.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto será contrário a essa matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e as emendas está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve um voto contrário, do Deputado Wasny de Roure.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas e ao Projeto de Lei nº 1.366, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS que especifica, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, esse projeto gerou a Emenda Aditiva nº 1, de autoria da Deputada Sandra Faraj e do Deputado Rafael Prudente, adicionando o § 3º ao art. 1º do projeto, dizendo que o referente ao inciso XII, § 1º, deste artigo, fica limitado a 10% do valor do imposto devido no mês de referência.

Temos também a Emenda Modificativa nº 2, de autoria no Deputado Rafael Prudente, que estabelece: “Dê-se ao § 1º do art. 2º do presente projeto a seguinte redação: “§ 1º – O ato do Chefe do Poder Executivo definirá procedimentos para cálculo, escritura e recolhimento do ICMS na conta única do Tesouro, previsto no *caput*, bem como os demais procedimentos, obrigações acessórias, fiscalização e penalidades”.

Também gerou a Emenda Aditiva nº 3, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que adicionou parágrafo ao art. 1º do projeto, renumerando-se os demais com a seguinte redação: “O parágrafo excepciona do disposto no inciso I, § 1º, deste artigo, os itens nºs 36, 75, 118, 155, do Caderno I, e o item nº 2, do Caderno II, do Anexo I, do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997”.

Finalmente, gerou também a Emenda Aditiva nº 4, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que adiciona os parágrafos 3º e 4º ao artigo 1º do projeto de lei, vazado nos seguintes termos: “§ 3º – Excetuam-se do disposto no I, § 1º, deste artigo, os itens nºs 32, 54, 130, 136 do Caderno I, do Anexo I, do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997.

§ 4º. Excetuam-se do disposto no I, § 1º, deste artigo, o item nº 147 do Caderno I, do Anexo I, do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997.”

Então, Sr. Presidente, cotejando-se as atribuições desta Comissão de Constituição e Justiça com o texto apresentado e as respectivas emendas, verifica-se a inexistência de óbices para o prosseguimento, razão pela qual somos pela admissibilidade – apenas quanto ao aspecto formal, levando-se em conta que esses são os aspectos que são analisados nesta Comissão de Constituição e Justiça – tanto do projeto quanto das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão, o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A Presidência informa que a proposição necessita de 16 votos para sua aprovação.

Portanto, não há *quorum* para deliberação deste item neste momento.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.390, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, na forma que especifica, e dá outras providências”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria dizer que, em relação ao Projeto de Lei nº 1.364, que está no item nº 13, eu já protocolei duas emendas para ajudar a aperfeiçoá-lo, para o momento em que V.Exa. entender que é pertinente colocá-lo em votação.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu já quero deixar notificada esta Mesa com relação ao Projeto de Lei nº 1.281, de 2016. Eu, Deputado Wasny de Roure, com base no art. 188, parágrafo único, me julgo impedido de votar a matéria, Sr. Presidente. Sou detentor de uma pequena posse entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal e não me julgo em condições, me julgo impedido de votar a referida matéria. Então, quero que V.Exa. já tenha como registrado o meu impedimento. (Palmas.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo, também, ao Deputado Wasny de Roure. Eu não sei quem está fazendo as emendas do nosso relatório final, porque há uma contemplação dos dentistas, e eu acho que é importante, mas não há uma definição de nada para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

técnico em saúde bucal. Então, eu queria saber, Deputado Wasny de Roure, se existe essa emenda, ou se não existe, ou se há a possibilidade de contemplá-la também.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, a Deputada Celina Leão está falando do Orçamento? O Orçamento foi votado na Comissão. Nós teríamos que indagar à assessoria do Deputado Agaciel Maia, ou a S.Exa. diretamente. Foram feitas e colocadas no plenário duas emendas: uma de remanejamento para custeio na Polícia Civil e uma para contratação de Procuradores, mas não foi colocada – até onde eu sei – uma emenda específica para outras categorias. Só para deixar claro.

Temos que verificar junto ao Relator se não existe nenhuma emenda de outro Deputado, até mesmo dele, com relação à matéria. Eu posso ajudar nesse processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Aprovados os pareceres favoráveis da CEOF e CCJ, na forma das emendas da relatora, foi apresentado uma Emenda de Plenário, e a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero agradecer a gentileza do Deputado Wasny de Roure, que se colocou à disposição para ajudar. E, se precisar das assinaturas de quatro Deputados, eu tenho certeza de que o PMDB assinará conosco, e os nossos dois Deputados do PPS também, para garantir, pelo menos, a discussão da emenda no nosso Orçamento.

Obrigada, Deputado.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.390, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, na forma que especifica, e dá outras providências”.

O parecer é pela aprovação, com aprovação da Emenda nº 1, modificativa, que corrige a redação do art. 1º, no inciso VII, que diz “relacionado à Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, ocupado ou destinado às entidades religiosas e de assistência social”.

A Emenda nº 2, aditiva, já foi aprovada. A Emenda nº 3, aditiva, do Deputado Prof. Israel, já foi aprovada também. O parecer também é pela aprovação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

da Emenda nº 4, modificativa, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que tem a redação a seguir.

“Promova-se as seguintes alterações no Projeto de Lei em epígrafe, renumerando-se o art. 4º:

Art. 1º Fica concedida à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2019, isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Taxa de Limpeza Pública – TLP, relativamente aos imóveis previstos no Anexo Único desta Lei em relação às seguintes situações:

.....

Art. 4º No caso de alteração da condição dos imóveis previstos no Anexo Único desta Lei, que implique em não atendimento das situações previstas no art. 1º, fica obrigada a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap em promover a quitação dos créditos tributários previstos nesta Lei.”

Este é o parecer, Sr. Presidente: pela aprovação do relatório com as emendas apresentadas, de nº 2, nº 3 e nº 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, caros colegas, servidores que estão acompanhando essa discussão, esse debate teria que ser feito de maneira mais aprofundada.

Todos têm conhecimento do peso e da importância que a Terracap tem na atividade econômica do Distrito Federal, sobretudo no mercado imobiliário. Na Medida Provisória nº 668, aquela famosa medida provisória denunciada pela interferência da Odebrecht, houve uma emenda acolhida pelo Deputado Federal Manoel Junior, que era, pelo menos, do PSB – Partido Socialista Brasileiro do Estado da Paraíba, a qual foi posteriormente vetada. Ela concedia isenção de IPTU e de TLP por parte dos imóveis da Terracap. Esse montante de recursos chega à ordem de 150 milhões de reais.

No momento em que o governo alega insuficiência de recursos para fazer frente a uma série de despesas e de investimentos, chega um projeto de lei que concede um benefício de maneira absolutamente generalizada para uma empresa que, com todo respeito, tem os servidores com os maiores parâmetros salariais em todo o complexo do GDF. Isso precisa ser entendido como algo que vai retirar dos cofres públicos um recurso extremamente precioso. Até em relação a vocês, servidores do SLU, alega-se falta de recursos e falta de condições na Lei de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	27

Responsabilidade Fiscal, porque no cálculo do coeficiente não é possível chegar às condições da normalidade no Distrito Federal.

Portanto, essa emenda apresentada pela bancada propõe que sejam definidos os endereços daqueles imóveis da Terracap que estão sendo ocupados por templos religiosos, pelo Pró-DF, por parques e por outros – e não de uma maneira generalizada; isso é tirar uma receita significativa dos cofres do Distrito Federal.

Tanto é verdade, Sr. Presidente, que, na mesma estratégia, o Deputado Federal Rogério Rosso, do PSD – Partido Social Democrático do Distrito Federal apresentou uma emenda à Medida Provisória nº 670, no Congresso Nacional, que o relator rejeitou. Então, se a União, que tem um orçamento muito mais significativo, não abriu mão, não é o Distrito Federal que vai abrir mão.

Então, Deputado Wellington Luiz, nós entendemos que é necessário especificar os imóveis, e, ainda assim, Deputada Celina Leão, não é pequeno o número de imóveis. São em torno de 3.700 endereços, mas, pelo menos, dá uma dimensão de transparência e responsabilidade da empresa com o GDF e com a União.

Portanto, Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao relatório, porque ele está devidamente corrigido pelas emendas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure, porque nós sabemos que a isenção tem que ser específica, pois, se for genérica, nós corremos o risco de o Estado ter um grande prejuízo. Quero parabenizar S.Exa. pela iniciativa e falar que a bancada do PPS também apoia a emenda e apoia o projeto.

Deputado Wasny de Roure, peço algo também a V.Exa. Para dar um retorno ao pessoal da saúde bucal, informo que nós estamos aqui discutindo, estamos tentando resolver uma questão junto com os técnicos e também com o Juan, que trabalha com o Deputado Wasny de Roure, porque não há nada específico na LDO ainda, ela está genérica. Estamos tentando achar uma saída, pelo Regimento Interno, para que possamos dar a forma adequada para enquadrá-los. Então estamos discutindo agora com a Leany, tentando ver uma saída para isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Obrigado, Deputada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	28

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça a emendas ao Projeto de Lei nº 1.390, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, na forma que especifica, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, as Emendas nº 2, nº 3 e nº 4 apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.390, de 2016, atendem aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo nenhum óbice à sua aprovação. Assim, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade das emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.390, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Informo que o projeto necessita de dezesseis votos favoráveis para aprovação.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília –TERRACAP e dá outras providências”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Pessoal! Cadê o pessoal do SLU? Olha só, eu fui perguntar ao Líder do Governo, porque eu acho que primeiramente nós temos de respeitar vocês, pois ninguém aqui pode ficar enganando vocês até a meia noite. Eu perguntei se o projeto iria vir, e a resposta que tivemos foi que o projeto não virá.

Então, eu acho que é muito melhor falar a verdade para vocês. A verdade é que o projeto não virá. Foi o que eu perguntei agora ao Deputado. Eu perguntei o seguinte: Deputado, o projeto vai vir? Porque são 8h da noite e todos estão aqui. E aí...

(Manifestação de protesto na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Espere pessoal, deixa somente eu terminar para que possamos fazer o encaminhamento. Calma! O Deputado disse que realmente o governo não tem condições de mandar o projeto hoje.

Eu tenho muita dificuldade, até porque o nosso compromisso era de ficarmos aqui, se votássemos o projeto do SLU. Eu vou esperar somente para votarmos o projeto da área rural e o da Polícia Civil e não vou votar mais nada. Eu vou embora, porque eu não vou continuar para votar, pois o compromisso era de mandar o projeto do SLU. Como eles não vão mandar, eu vou votar somente os projetos das carreiras que estão aguardando aqui, inclusive o da saúde também. Eu não vou votar a LDO até que se mande o projeto. A Lei de Diretrizes, que é a última lei... a LOA.

Eu faço esse encaminhamento para que votemos tudo, menos a LOA hoje. Inclusive podemos chamar o Plenário para terça-feira até que o projeto do SLU venha. Porque vocês vão ficar esperando aqui e não vai vir hoje. É preciso ter respeito por vocês.

(Manifestação de protesto na galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Aprovado o parecer favorável da Comissão de Assuntos Fundiários, na forma da Emenda nº 16 substitutiva.

Foram apresentadas 17 emendas na Comissão de Assuntos Fundiários e 1 emenda de plenário.

As Comissões deverão se manifestarem sobre o projeto e sobre as emendas.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço aos colegas Deputados para não se ausentarem para que possamos votar, em segundo turno, os projetos dos Deputados também. Temos projetos dos Deputados para serem votados em segundo turno. E é importante que eles sejam votados ainda hoje. Claro, além de votarmos também os projetos da saúde, da polícia, de todos os presentes aqui.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação do Deputado Lira. Nós vamos votar os projetos dos Deputados hoje.

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Gente, o negócio é o seguinte: aqui ninguém engana ninguém. O projeto não está aqui e não vai ser votado. Agora quem mandou vocês virem para cá sem o projeto estar aqui é que está fazendo coisa errada com vocês.

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O governo tem que mandar o projeto para cá. Não adianta. Então vão lá no Buriti e peçam para eles mandarem.

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A competência da Casa é de aprovar projetos; a do governo, é de mandar.

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Com a palavra a Deputada Telma Rufino para emitir parecer.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Emenda Aditiva nº 17.

(Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	31

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, tendo em vista que a emenda é de minha autoria, designo o Deputado Lira para proferir o parecer.

(Pausa.)

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à Emenda nº 17, na forma de subemenda ao Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília –TERRACAP e dá outras providências”.

Sr. Presidente, Emenda nº 17, na forma de subemenda, que adiciona o inciso I ao art. 8º, do Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, com a seguinte redação: “I – legitimação de posse para a gleba com característica rural inserida em zona urbana ou gleba rural que não possua matrícula individualizada”.

O nosso parecer é pela aprovação.

Emenda de Plenário nº 18, na forma de subemenda.

(Manifestação de protesto na galeria.)

DEPUTADO LIRA – Por favor, gente! Por favor!

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Por favor, o Deputado está falando.

(Manifestação de protesto na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um encaminhamento, uma sugestão. Eu acho que vocês podiam fazer uma comissão de cinco pessoas para descer e vir falar com o Líder do Governo, para a gente tentar um acordo. O Deputado Delmasso falou que vai tentar. Desçam cinco aqui, ao plenário. Pessoal, nós estamos... Desçam cinco aqui para a gente tentar conversar. Tira uma comissão de cinco aqui para a gente continuar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Emenda Aditiva de Plenário nº 18, na forma de subemenda:

“Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao projeto de lei em referência:

Art. (...) A concessão ou a alienação de que trata esta lei será objeto de decisão, caso a caso, do órgão competente e publicada no Diário Oficial



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	32

do Distrito Federal, constando obrigatoriamente, no mínimo, os seguintes dados:

I – nome do beneficiário;

II – número do CPF do beneficiário;

III – profissão do beneficiário;

IV – área, em hectares, do imóvel;

V – localização do imóvel;

VI – data da ocupação;

VII – valor do imóvel, no caso de alienação;

VII – espécie do instrumento que está sendo outorgado.

Parágrafo único. A decisão, além de outras exigências previstas nesta lei, será precedida da verificação do cumprimento da função social do imóvel preconizada pelo Estatuto da Terra”.

Nosso parecer é pela aprovação da Subemenda Aditiva de Plenário nº 17 e da Subemenda Aditiva de Plenário nº 18.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos do art. 188, parágrafo único, declaro impedida minha votação no projeto de lei, inclusive na emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Fica registrado, Deputado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do PT vota contrariamente à Subemenda Aditiva de Plenário nº 17.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Ricardo Vale e do Deputado Chico Vigilante, e 1 impedimento, do Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito ao Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Cristiano Araújo, para emitir parecer sobre o projeto e suas emendas.

(Assume a Presidência a Deputada Luzia de Paula.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Peço ao nobre Deputado Julio Cesar que assuma a Presidência e o comando desta Mesa.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer ao Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília –TERRACAP e dá outras providências”.

O parecer desta Comissão é pela aprovação do substitutivo aprovado na CAF, na forma da Emenda nº 16; pelo acatamento da Emenda nº 17, na forma de subemenda, e da Emenda nº 18, na forma de subemenda; rejeição das demais emendas de nºs 1 a 15.

Assim, somos pelo acatamento no mérito na forma do parecer proferido.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e as emendas está aprovado com a presença de 15 Deputados favoráveis. Houve 2 votos contrários do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Ricardo Vale. Houve ainda 1 impedimento do Deputado Wasny de Roure, baseado no art. nº 188, parágrafo único.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer da CEOF sobre as emendas ao projeto e ao Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “institui a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	34

Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e dá outras providências”.

O nosso parecer é pela aprovação do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Fundiários, na forma da Emenda 16, e pelo acatamento da Emenda nº 17, na forma de subemenda, e acatamento da Emenda nº 18, na forma de subemenda.

Visto que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não é uma comissão de mérito e que não há nenhum tipo de impacto financeiro ou de renúncia fiscal para esse projeto, o nosso parecer é pela aprovação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e as emendas está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Ricardo Vale e do Deputado Chico Vigilante, e 1 declaração de impedimento do Deputado Wasny de Roure, baseado no art. nº 188.

Solicito à Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer sobre o projeto e suas emendas.

(Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Wasny de Roure, que contemplou a emenda dos técnicos de saúde bucal. A gente assinou a emenda do Deputado Wasny de Roure, e ela foi contemplada. Quero agradecer ao Deputado Wasny de Roure. (Palmas.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas peço um pouquinho de paciência aos nobres colegas policiais civis, porque ainda hoje será votado o orçamento e com certeza as nossas emendas serão aprovadas, as emendas apresentadas pelo nobre Deputado Wasny de Roure. Com certeza absoluta. (Palmas.)

Obrigado, gente. Obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Wellington Luiz, com certeza, na noite de hoje aprovaremos o orçamento, inclusive com essas emendas para a Polícia Civil.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o parecer da CCJ.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e dá outras providências”.

O Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo nenhum óbice a sua aprovação. No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do PL na forma do substitutivo da CAF e das Emendas nºs 17 e 18, e pela inadmissibilidade das demais emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 2 votos contrários, do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Ricardo Vale. Houve uma declaração de impedimento, baseada no art. 188, do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.281, de 2016, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu creio que ninguém, em sã consciência, é contra a regularização de pequenos produtores. Não estamos tratando disso, todos nós somos a favor.

Mas o que está sendo aprovado aqui hoje, a pretexto de regularizar os terrenos ocupados por pequenos produtores, é a regularização da situação de grileiros no Distrito Federal, que não estão junto com eles. De grileiros de áreas de até 3 mil hectares. Nós procuramos saber com o Secretário de Agricultura, e ele não sabe quem são. Nós sugerimos que houvesse um corte, e eles não quiseram dar o corte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	36

Não venham me dizer que tem que aprovar neste final de ano, que se não aprovar, não vai fazer. Eu desafio: eles não vão regularizar um lote até o final do ano, nem no próximo. A não ser que alguém aqui ache que esse governo, que mais parece uma lesma ou uma preguiça, consiga regularizar alguma coisa.

Graças a Deus, nós temos no Distrito Federal uma imprensa investigativa. Eu já sugiro à imprensa investigativa do Distrito Federal que, depois de sancionada essa lei pelo Sr. Governador Rodrigo Rollemberg, a imprensa investigue de quem são os lotes de 3 mil hectares. Verifiquem quem são os proprietários desses lotes.

Com a aprovação desse projeto, aquele sonho de Juscelino Kubitschek de ajudar o pequeno, Deputado Wasny de Roure, acaba, morre. E vai abrir oportunidade para prevalecerem os grileiros. Não venham me dizer – isso foi dito há pouco pelo pessoal da Secretaria de Agricultura –: “Não, mas está aí Vicente Pires”. Se o estado frouxo, de vários governos, deixou constituir Vicente Pires, os caras roubaram as terras. Agora, com uma lei passando a terra para eles, nós vamos ver o que vai acontecer.

Na cidade já falta água, porque os nossos mananciais foram atacados. Vocês vão ver no futuro o resultado dessa lei. Essa é uma tarde e noite muito tristes! Se fosse um projeto para regularizar os pequenos, estaríamos de acordo, mas não é. Trazem os pequenos, achando que o interesse deles está sendo defendido, mas não é nada disso. O interesse que está sendo defendido neste momento é dos grandes, é dos senhores da terra. É dos latifundiários do Distrito Federal e grileiros que ocuparam grandes áreas e deveriam estar na cadeia. Deveriam estar na cadeia, mas agora serão beneficiados.

Lamento profundamente que um governo que se diz socialista, o governo de um partido que se preocupava com reforma agrária, aprova um monstro desse. Nunca mais haverá nenhum sonho de reforma agrária no Distrito Federal. Nenhum!

Não tenho problema em ficar votando sozinho. Já votei aqui uma vez, Deputado Wasny de Roure, sozinho, e depois viram que eu estava certo. Depois ganhei, inclusive na Justiça. Portanto, chamo esta Casa à reflexão. Nada impediria que deixasse para fevereiro, e todas as dúvidas que nós temos se esclarecessem. Por que não querem esclarecer as dúvidas? Por que não podem esperar?

Depois não venham me dizer que todos os projetos têm que passar em todas as Comissões, porque, a partir de hoje, isso também morreu. O que vai prevalecer é o trator. Liga o trator, o jogo é jogado. Para mim, não tem problema. Perder ou ganhar é o de menos, já perdi muitas vezes na minha vida. A única coisa que eu não perco é a dignidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	37

Aproveito este momento, Deputado Joe Valle, para parabenizá-lo. Hoje V.Exa. conquistou a Presidência desta Casa. O Deputado Wellington Luiz até tinha pedido a palavra, mas V.Exa. vai ser o Presidente, então tem prioridade.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Já começou a monarquia.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vejo um grande problema. Quando a gente trata de forma igual os desiguais, comete-se injustiça. Não podemos chamar os produtores rurais que chegaram aqui há quarenta anos de grileiros. Essa é uma injustiça de um tamanho enorme.

Esse projeto vem fazer justiça às pessoas que vieram aqui, moraram em barracas, plantaram a terra, trabalharam, ganharam seu dinheiro, compraram mais terra, e têm suas famílias vivendo daquela atividade. Não, não é proibido crescer. Pelo contrário! Se tiver vontade de trabalhar e de ter sucesso, tem que crescer e ganhar dinheiro, porque nosso País é capitalista. Se não tiver renda, o filho sai da propriedade.

Eu acho muito ruim confundir as coisas, muito ruim confundir as coisas. Eu acompanho isso há 36 anos! Há 36 anos eu acompanho esse processo das terras rurais do Distrito Federal, e quem está aqui em cima sabe do que estou falando. É uma injustiça chamar produtor de grileiro. Grileiro tem que ir para a cadeia; produtor tem que ser tratado como rei, porque é quem produz os nossos alimentos aqui no Distrito Federal.

Então, esse projeto é justo. Dois anos discutindo na Secretaria de Agricultura com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas. Dois anos discutindo com todas as instituições para chegar a um projeto aqui e chamar produtor de grileiro! Isso eu não vou admitir! Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, vou falar com muita tranquilidade, até porque sou Deputado de Oposição de verdade, eu não sou uma farsa, não, eu sou de Oposição de verdade.

Quero deixar bem claro que chega a ser criminoso atacar pais e mães de família, trabalhadores que honram o dia a dia colocando na nossa mesa o alimento, chamando de bandido! Vocês são trabalhadores e como tais têm que ser honrados – e serão. Esta Casa vai fazer a parte dela. Podem gritar, espernear, fazer o que quiserem, a justiça será feita! Porque vocês merecem, vocês são o nosso orgulho. Podem ter certeza absoluta de que não existe nada mais digno do que o que vocês fazem! Se quiser dividir, aí, sim, é grileiro. Você pegar grandes terras e dividir! Quer fazer isso, vai fazer em Cuba, porque aqui é o Brasil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é muito engraçado ver este Plenário. Há momentos aqui em que não sabemos nem qual é o sentimento das pessoas.

Este Governo Rollemberg tem vários defeitos, mas se tem uma coisa que ele tem agido e combatido – e temos que dar a mão à palmatória – é a grilagem. E não seria o mesmo governo, que tem brigado muito – e muitas vezes até com injustiça com a população – que mandaria um projeto do Poder Executivo permitindo a grilagem! É uma coisa maluca o que foi falado aqui! Só que é um discurso fácil! É um discurso fácil falar de água, falar de meio ambiente e falar de latifúndio. É quase um discurso ideológico, hipócrita, porque, se formos parar para pensar, Sr. Presidente, se nós ainda temos água em Brasília e se ainda temos uma qualidade de vida, é graças a esses produtores que não grilaram as terras deles.

Então, vir aqui dizer que o projeto está protegendo latifúndio, que está protegendo grileiro, como muito bem disse o Deputado Joe Valle, é muito mais um discurso de caráter ideológico para querer reverter um projeto que veio do Poder Executivo, para homenagear, talvez, esses homens e mulheres que não deixaram a nossa cidade ser toda grilada.

Agora, não estamos falando de terras em áreas urbanas – pelo amor de Deus! Basta ler o projeto! Vem dizer que vai acabar a água! Estamos falando em área rural, gente, que tem limitação de construção. Vai acabar a água em área rural! É até débil um discurso como esse! Não dá para se fazer um discurso de área rural, falando de grilagem, de água, de não sei o quê! Vamos fazer um discurso nivelado, um discurso com argumentos sérios. Essa questão de ganhar, de perder; de ser vaiado, de não ser; todo mundo aqui ganha e perde. A vida pública é uma roda gigante. Vamos usar os argumentos justos! Justos! Digam: “Não quero votar porque, talvez, não seja o momento, temos dúvida”, mas chamar os produtores que mantiveram as áreas como rurais e têm guardado mananciais, têm preservado essas áreas, de grileiros, isso esta Casa não pode admitir.

Eu tenho várias críticas ao Governo do Distrito Federal, mas quero render as minhas homenagens ao Secretário de Agricultura, que tem discutido isso. E aí, Sr. Presidente, se formos entrar em discurso ideológico, há várias invasões do MST em áreas onde há mananciais.

Sr. Presidente, se quiser entrar em discurso ideológico, nós vamos entrar para dizer que estão grilando terras, que estão acabando com a água. Há uma invasão do MST bem ali, acabando, talvez, com a água do Distrito Federal. É esse tipo de discurso? Aí, pode? Vamos nivelar o discurso aqui, para não criarmos dois pesos e duas medidas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concederei a palavra à Deputada Sandra Faraj. Depois, aos Deputados Deputado Ricardo Vale, Wasny de Roure e Cláudio Abrantes.

Deputado Wasny de Roure, eles já haviam pedido. V.Exa. não tinha visto, mas o senhor falará.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para discutir.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria, sim, dizer da minha alegria em relatar esse projeto, em poder conceder e ajudar na construção dessa política pública. Até 2014, eu fui administradora regional do Lago Norte, e eu sei muito bem a diferença entre grileiros e esses produtores aqui. Então, eu quero render minhas homenagens e dizer que eu estou à disposição para ajudá-los e colaborar no que for preciso para que eles possam desempenhar com tranquilidade e paz a atividade que lhes cabe.

É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale para discutir.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se tem alguém que colaborou – juntamente com a Deputada Telma Rufino, com o Deputado Lira, com o Deputado Prof. Reginaldo Veras –, no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, com a Secretaria e como governo para que esse projeto fosse consertado, fui eu.

Confesso que esse projeto chegou muito ruim aqui. Ele excluía os movimentos sociais; os trabalhadores rurais sem-terra; vocês, os posseiros; os pequenos produtores. O projeto foi todo moldado para favorecer o grande latifúndio do Distrito Federal. Nesta Casa, com vários debates da Comissão de Assuntos Fundiários, com audiências aqui neste plenário, fomos melhorando, melhorando e melhorando.

Pois bem, ontem, no âmbito da comissão, nós aprovamos e fizemos o acordo de que esse projeto só viria a plenário em fevereiro. Saímos com esse acordo. Alguns pequenos produtores ainda ficaram de fora e devem ter outros que ainda ficaram de fora. Por isso, propusemos que o debate continuasse, que pudéssemos olhar com carinho para essa questão muito importante, que foi levantada pelos técnicos da Liderança do Partido dos Trabalhadores, sobre o tamanho da área e a propriedade desse latifúndio.

Provavelmente, nós estamos aprovando-o agora. Esta Casa vai aprová-lo aqui, agora. O Deputado Chico Vigilante se referiu muito bem aos grandes latifundiários. Quero fazer a defesa, porque ele falou aqui com relação aos pequenos produtores, aos posseiros, que se fosse um projeto exclusivo para eles, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	40

aprovaríamos aqui, hoje. Não vamos distorcer as conversas, para justificar. Inclusive, se estava bom o projeto, por que essa emenda aqui, hoje? Por que só incluí-la hoje? Então, é sinal de que tínhamos de ter um pouco mais de paciência e fazer com que as coisas caminhassem de forma muito mais tranquila.

O que vai acontecer hoje, depois que aprovarmos esse projeto nessa ânsia, nessa urgência toda é que ele vai gerar uma suspeição. Provavelmente, nós vamos fazer isto por meio da bancada do Partido dos Trabalhadores. A própria imprensa também vai querer saber quais são os grandes latifundiários desta cidade que irão se beneficiar com isso. Eu espero que o projeto não tenha sido construído para isso. Espero que o projeto tenha sido construído para todos. Repito, quando ele chegou aqui – estava claro – era para atender o grande latifúndio do Distrito Federal. Acho que deveríamos ter paciência, deveríamos ter mais calma. Mesmo tendo ajudado a construir, eu vou votar contra, sabendo, inclusive elogiando a Secretaria, porque incluiu os movimentos sociais – MST e vários outros movimentos – em áreas legais. Então, não queiram vir dizer aqui que trabalhador rural sem-terra é invasor, que está em área irregular, não. Quem está irregular é o grande latifúndio do Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, equipe da Secretaria de Agricultura presente, trabalhadores rurais presentes, eu considero um dos temas difíceis, mais complexos e mais relevantes no Distrito Federal. Essa matéria da titulação da terra pública já foi vencida em um dos projetos federais que o Governador Rollemberg, quanto Deputado Federal, apresentou, que foi inclusive sancionado pelo Presidente Lula. Foi isso que aconteceu. A titulação de terra no Distrito Federal, até então impossível, tornou-se possível. Então, é uma matéria que já foi amplamente debatida, e esse trabalho hoje se traz a esta Casa.

Eu queria render, primeiro, os meus cumprimentos à equipe da Secretaria de Agricultura. Acho que nós temos aqui que reconhecer. É uma equipe que é praticamente a mesma que estava no governo anterior. É verdade que os programas de reforma agrária neste governo avançaram muito pouco, até pela pouca disponibilização de terra rural, que hoje o Distrito Federal não mais possui. Toda a terra rural já foi praticamente ocupada.

De fato, Sr. Presidente, há um perfil de pessoas que são estranhas à atividade rural e que são detentoras de grandes glebas na área rural. Agora, há um grande número de trabalhadores, pequenos agricultores de 20 hectares, 30 hectares, 50 hectares, 100 hectares de terra. Eu concordo com o discurso do Deputado Joe Valle quanto ao respeito por aqueles que estão há anos e anos. E o Deputado Chico Vigilante não foi diferente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	41

Eu peço que me perdoem, porque eu tenho pessoas conhecidas que são detentoras de 3 mil, 5 mil hectares de terra. Inclusive, no meu primeiro mandato, eu fiz um pequeno artigo que foi publicado e que dizia que um ex-governador da Paraíba nunca morou no Distrito Federal, a não ser quando tinha mandato aqui de Parlamentar. Ele era detentor de uma ou duas grandes glebas de terra no Distrito Federal. Chamava-se Wilson Braga. Nunca esqueci o nome do governador. Depois vim a conhecer e fui colega na Câmara dos Deputados da esposa dele, Lúcia Braga.

Sr. Presidente, é uma matéria pela qual, acima de tudo, temos que ter muito respeito. Eu não quero tratar aqui quem levanta de madrugada, trabalha embaixo de sol e chuva de uma maneira irresponsável. Acho que nós temos problemas, sim. Eu vou apresentar um deles, porque tenho trabalhado.

Aqui vou citar um exemplo que está acontecendo neste momento. Infelizmente não há ninguém aqui da Secretaria de Gestão do Território do Distrito Federal. Nós temos a Ponte Alta, área histórica na região do Gama. A Ponte Alta tem uma parte de que hoje um projeto da Topocart já preparou a devida regularização, porque foram chácaras que foram sendo parceladas. Vocês não têm que ficar assustados, porque Vicente Pires, exceto algumas glebas que não foram parceladas, Deputado Lira... V.Exa. conhece. Isso é um fenômeno no Distrito Federal. Agora nós chegamos a uma situação... É verdade um detalhe que o Deputado Chico Vigilante colocou, Deputado Rafael Prudente. No mínimo, nós temos que saber quem são os detentores, seja do pequeno ao grande, porque não tem como achar que se vai entrar no processo de regularização sem saber quem é este ou quem é aquele.

Eu conheço muitos que, ao longo de suas vidas, deram o máximo de si para cultivar ou plantar, independentemente do que é que se está fazendo ali. Tenho o maior o respeito por eles. Contudo, existe uma preocupação, sim, e nós não podemos deixar de abrir este debate aqui. É a preocupação, principalmente, daqueles que utilizam a terra para o plantio depois de um processo de ocupação que se deu e que legitimam aquela ocupação plantando, cultivando etc. Ao mesmo tempo, essa terra é vendida e, posteriormente, é loteada. Eu estou acompanhando vários condomínios que foram implantados na área rural. Vocês querem o nome? Eu posso dar o nome de condomínios em área rural. Então, nós precisamos ter a responsabilidade, ter a consciência.

Sr. Presidente, por que eu pedi também para fazer uso da palavra? Eu quero dizer, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que, na vida pública, nós temos que ter a autoconsciência. Eu já fiz isso uma vez nesta Casa há muitos anos. É a segunda vez que estou fazendo, Sr. Presidente. O regimento da Casa é textual: qualquer um dos Deputados que vier a usufruir de alguma medida que é deliberada neste plenário tem que se julgar impedido. Isso é uma regra que precisa ser mais vista pelos Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, há aproximadamente 20 anos, eu comprei uma gleba de 149 hectares entre Goiás e o Distrito Federal. Na realidade, a parte do Distrito Federal é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	42

bem modesta e pequena, mas isso não interessa. A propriedade como um todo é ao redor disso. Eu não sei em que condições vai ser a lei, mas eu não posso votar uma lei de que, eventualmente, eu venha a usufruir. Por isso, Sr. Presidente, com base no art. 188, parágrafo único, eu me julgo impedido de votar nesse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, eu quero seguir, em parte, a linha adotada aqui pelo Deputado Wasny de Roure para discutir esse projeto. Realmente, essa questão da terra no Distrito Federal é extremamente delicada. Na área rural, não é diferente.

Eu tive a oportunidade de relatar aqui a atualização do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Eu fui Relator do PDOT e senti na pele a dificuldade da discussão, a complexidade tanto técnica quanto política desse tema. Agora, nós estamos diante de um projeto sobre o qual aparecem até umas contradições, porque se fala em jogar esse projeto para fevereiro, mas, ao mesmo tempo, admite-se que esse projeto chegou aqui, foi fruto de audiência pública, houve debates na CAF, nas Comissões pertinentes em que ele andou.

Então, se está debatido, se nós temos aqui a Secretaria de Agricultura, que já vem dando continuidade a um projeto que foi iniciado na gestão anterior, nós não temos aqui uma ruptura, um novo projeto. Isso é uma discussão de anos, inclusive no governo anterior, do qual eu me orgulho de ter feito parte. Nós temos, inclusive, um Secretário de Agricultura que foi Secretário de Agricultura no governo anterior, que fez um trabalho excelente à época e que continua fazendo agora. Nós estamos falando de pessoas honradas, dedicadas, que conhecem o tema com profundidade, que preparam esse projeto, trazem-no para a Câmara. A nossa informação – e eu tenho que confiar nisso, porque eu confio nessa Secretaria, tanto é que eu ponho minhas emendas lá também – é que foi debatido também com a sociedade, com o meio rural. Mesmo assim, ele vem para a Casa, ele é debatido aqui, há emendas para contemplar o pequeno produtor, há conversações para contemplar também aquele que tem a posse, enfim, é um projeto sobre o qual há um amplo debate.

E as questões que são aventadas, o próprio projeto já dissipa. Primeiramente, é um projeto que diz que a terra tem de ser produtiva, a terra tem que está produzindo. Se ela não está produzindo, vai ser utilizada para fins de reforma agrária, alguma coisa do tipo. Como é que o cara vai reter, para fins de especulação, se ela está produzindo?

Segundo, a lei é clara, é taxativa no seu art. 7º, inciso III, que diz que a atividade rural ou ambiental da terra tem – com a sua destinação – pré-requisito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	43

para ser beneficiário da lei. O art. 7º diz: "Para ser beneficiário da regularização prevista nessa lei..." E ele traz uma série de requisitos. Entre eles, está: "(...) dada a gleba que ocupa sua destinação leal em cumprimento a sua função social da terra". A lei prevê isso.

Ao mesmo tempo, falou-se aqui da questão de que há terras rurais sendo griladas. A lei também traz um artifício que eu considere excelente, porque ele diz, no seu § 2º, art. 14º, Sr. Presidente, que, na alienação prevista na lei, com a condição resolutive, há o bônus previsto no art. 18 da Lei Federal nº 1.224, citada pelo Deputado Wasny de Roure, a ser gravado no registro imobiliário. O que isso quer dizer? Se o cara que comprar a terra, que for beneficiário dessa lei, fracioná-la para fins urbanos, mesmo depois de ter pago, ele a perderá. Ela volta para o Estado. Isso está na execução do contrato.

Então, a lei traz uma série de instrumentos normativos que combatem a grilagem. E hoje, se terra rural é grilada, é justamente porque existe uma ausência grande de legislação sobre isso. Aí, o cara sai grilando terra rural, e há uma grande dificuldade de o Estado combater isso. Então, estamos fazendo essa parte de argumentação técnica em cima da lei, mas, além de tudo, esta Casa é – já foi dito aqui milhões de vezes – a Casa do povo, a caixa de ressonância da sociedade.

Nós temos uma parcela significativa da sociedade, Deputada Sandra Faraj, que produz o alimento de V.Exa., o meu, o da Deputada Telma Rufino e de todos aqui neste plenário que está hoje descoberta, que não consegue um financiamento digno, que tem dificuldade para ir atrás de recursos, que não pode entrar em programas de financiamento. E nós, como Casa do povo, temos que olhar para a área rural também, que está há vinte, trinta, quarenta anos em uma terra sem um digno tratamento jurídico.

Não vou me alongar, para que os Deputados não retirem o *quorum*. Nós temos produtores aqui que estão há horas esperando pela nossa definição, e vou encerrar dizendo: é imprescindível que esta Casa dê uma resposta a todo segmento rural do Distrito Federal.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um apelo para que os Deputados viessem ao plenário para completar o *quorum*. Sei que todos gostariam de falar, mas vamos colocar os projetos em votação imediatamente, para que a gente não perca o *quorum* novamente, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Continua em discussão.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	44

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, objetivamente, até pelo avançado da hora, eu só quero dizer o seguinte: ninguém está aprovando projeto aqui para especulador de terra e ninguém está aprovando aqui lei apenas para os produtores que são grandes.

Hoje cedo, eu me reuni com o Vice-Presidente da Federação da Agricultura e também com o Presidente da Associação dos Pequenos Produtores. Simplesmente, essa polêmica que se cria não é para você regularizar grandes posseiros de invasão. O que aconteceu, principalmente no PAD/DF, é que havia dois concessionários de terra e algumas lacunas, alguns vácuos nessas terras, e esses produtores acabavam ampliando ali a sua área para poder tornar viáveis as suas produções.

Então, essa conversa de que se está se legalizando terras de posseiros, terras de grandes latifundiários não cola. E eu não entendo o motivo. Qual a diferença de se aprovar esse projeto hoje, já que veio a Federação, vieram os produtores, há o pedido, há a demanda, ou daqui a dois meses ou três meses? Não faz sentido. Então, eu fiz o relatório e quero dizer a todos os produtores rurais que podem contar conosco, a gente tem total respeito por vocês e pelo trabalho de vocês.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade é só uma solicitação. Peço encarecidamente a V.Exa., pelo tardar da hora, que votemos esse projeto e, em seguida, a PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual. Vamos encerrar esse negócio, porque o *quorum* está caindo. Eu fico aqui até as 5h. Se não votarmos a PLOA, não encerramos o ano legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	45

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wasny de Roure foi extremamente importante nesta decisão que vou tomar agora.

Eu tenho noventa hectares de terra, todo mundo me conhece, e há mais de trinta anos sou produtor profissional nessa área. Então, com base no art. 188, quero me declarar impedido de votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – OK. V.Exa. também se dá por impedido.

Estão presentes 18 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Pelo mesmo motivo do Deputado Joe Valle – no meu caso, são apenas cinco hectares –, eu me declaro impedida.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Eu tenho um lote de dez por vinte. Nesse caso, estou também impedido? Não, é na área urbana. Na área rural, não tenho nada, nem um pé de arroz plantado.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também me declaro impedido de votar, porque moro em uma chácara em Brazlândia. Então, não posso votar também, para não atrapalhar o projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a partir do momento em que o Deputado se sente impedido de participar, ele não existe em plenário. Logo, ele não pode contar como *quorum*. O Deputado não existe. Portanto, tem que se verificar o *quorum* com quem não tem impedimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está bem. Vamos, então, fazer a contagem. Os que se declararam impedidos foram o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Juarezão, a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Joe Valle. Mais alguém se declarou impedido para podermos deliberar? (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	46

Então, na minha contagem, foram quatro Deputados. Havia dezoito.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para tentar sanar a dúvida, o art. 188 do Regimento Interno diz que o Deputado presente no plenário não poderá escusar-se de tomar parte da votação. E o parágrafo único diz que, quando ele se declara impedido, é contabilizado no *quorum*. Queria só pedir para a Mesa tirar nossa dúvida.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – É contabilizado só como *quorum*.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Isso. O que interessa é o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos favoráveis; 2 votos contrários, do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Ricardo Vale; e 4 declarações de impedimento, do Deputado Joe Valle, do Deputado Juarezão, da Deputada Luzia de Paula e do Deputado Wasny de Roure. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Deputado Ricardo Vale, por gentileza, V.Exa. poderia tirar-me uma dúvida? Na hora em que proferiu o voto pela CAF, V.Exa. fez um destaque à Emenda nº 17. Confirma? Temos que votar o destaque, não é isso? (Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, atendendo ao pedido da nossa Presidente da CAF, até porque nós já somos totalmente contrários ao projeto, retiro o destaque a essa emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – *Ok!* Retirado o destaque à Emenda nº 17.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar do andar da hora – já está um pouco tarde –, faço um apelo aos colegas para que permaneçam no plenário para votarmos os projetos, não somente os projetos que estão na pauta, mas também os projetos dos Deputados em segundo turno. Nem que vá até meia-noite, 1h, sem problema nenhum. Eu estou aqui para votar todos os projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – *Ok,* Deputado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Deputado Ricardo Vale, porque essa emenda que eu e o Deputado Wellington Luiz fizemos ontem foi para beneficiar os pequenos posseiros. Ele retirou a emenda, e nós temos de agradecer a ele também por isso.

Obrigada, Deputado Ricardo Vale.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.366, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	48

Comunicação – ICMS que especifica, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

A Presidência informa que a proposição necessita de dezesseis votos para a sua aprovação.

Indago ao Líder do Governo, Deputado Delmasso, se podemos prosseguir com a votação desse item, que necessita de dezesseis votos para a sua aprovação.

Qual a orientação de V.Exa., Deputado Delmasso?

DEPUTADO DELMASSO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito à Sra. Secretária que faça a verificação de *quorum* apenas para verificar se podemos dar prosseguimento à votação. (Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa., a especial atenção, como sempre, de proceder à leitura da Mensagem nº 298, do Governador, que trata da carreira socioeducativa, da nomenclatura. É fundamental. É um projeto do Executivo. Gostaríamos que V.Exa. adotasse as devidas providências. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Pode deixar. Peço à secretaria que providencie a leitura dessa mensagem que o Governador encaminhou para esta Casa.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Vamos passar para o próximo item de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está bom. Vamos ao próximo item de votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu farei uma sugestão. V.Exa. coloca em pauta agora, em segundo turno, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	49

Orçamento, com as suas respectivas emendas, para a gente votar e encerrar isso aqui. Eu não estou disposto...

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado, ainda não foi votado nem em primeiro turno. Temos de votar em primeiro turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pois vamos votar em primeiro e em segundo turnos. Eu não estou disposto a continuar colaborando com um governo ao qual a gente pede um simples gesto e ele atropela a gente. Portanto, que ele agora arrume base para votar aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Consulto os Líderes se há acordo para votar a LOA em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz pela Liderança do Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até em respeito a todos os nossos servidores policiais civis que estão aqui desde cedo, acho que é importante a gente...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Para prestigiar V.Exa., Deputado Wellington Luiz, eu deixei uns dois minutinhos. Obrigado, gente.

Com a palavra o nosso futuro Vice-Presidente. Quero aproveitar e parabenizar V.Exa. pela conquista no dia de hoje, V.Exa. que sempre vem fazendo um trabalho muito bonito em prol da corporação da Polícia Civil. Com a palavra o Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Sr. Presidente, até em respeito ao Deputado Chico Leite, que estava com outro compromisso e veio aqui para votar com a gente, eu gostaria de solicitar que fosse votado imediatamente. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Wasny de Roure, Líder do PT, há acordo para votar a LOA, em primeiro turno?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – A nossa proposta é votar o Orçamento, incluindo a emenda do Deputado Wasny de Roure, que abre a possibilidade do reajuste dos policiais – votar a LOA em primeiro e em segundo turnos, e nós vamos embora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Ok. Deputado Wasny de Roure?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	50

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Vigilante já se manifestou pela Liderança. Eu acompanho o Deputado. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Ok. Deputado Prof. Reginaldo Veras?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – De acordo com o encaminhamento de votar a LOA com a emenda em questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Ok. Deputado Lira, pelo bloco?

DEPUTADO LIRA (Bloco Brasília em Evolução. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eu não entendi.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Cristiano Araújo, pelo bloco...

DEPUTADO LIRA – Sim. De acordo.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Consulto os Deputados...

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero orientar o pessoal da saúde que está aqui. Senhores da saúde, por favor, atenção. Vocês estão aqui numa luta durante toda esta semana, mas não está na pauta de votação nenhum projeto referente à questão das OS – Organizações Sociais. Se estivesse... Ouçam, aprendam a ouvir!

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Vamos ouvir o Deputado Prof. Reginaldo Veras para depois vocês se manifestarem, se não vocês não vão entender.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Projeto referente a OS, não há nenhum na pauta, nenhum encaminhado pelo Poder Executivo para ser votado hoje. A gente só quer olhar. Se fosse votado hoje, todos já sabem a minha posição contrária a isso, mas não está na pauta. Não está e não tem como entrar. Eu só quero dar essa orientação para vocês. Tudo bem?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, olha só...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	51

(Manifestação de protesto na galeria.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – O Deputado Wellington Luiz já fez o pedido. Já fez o pedido, mas o governo não encaminhou.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – É exatamente isso! Acho que a questão das OS é uma questão pacificada nesta Casa. O que nós queremos pedir é que, caso não esteja aí, o governo mande imediatamente o projeto. Há o compromisso de aprovarmos a Gata, isso tem que acontecer imediatamente! (Palmas.)

Sr. Presidente, acho que foi um ano difícil, mas existem outros projetos que precisam ser votados aqui, como por exemplo o 229, que é um projeto extremamente importante para os servidores públicos e para as suas representações. Então, gostaria que a Mesa avaliasse isso, não podemos entrar de férias antes de votarmos esse projeto. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Eu faço uma pergunta, como fiz sobre o SLU. O Governo do Distrito Federal vai mandar ainda hoje o projeto da Gata? Ele tem prometido, e não tem cumprido. Gostaria de saber, para que não fique aqui o servidor pedindo, pedindo sem o governo dar uma resposta. Vai acabar a sessão no plenário sem que chegue o projeto.

Então, seria muito importante o Governo do Distrito Federal, por meio do Líder do Governo, se posicionar e falar se o projeto vem hoje ou nunca. Até uma hora dessa não ter chegado o projeto é muito grave, é preciso uma resposta real para os servidores públicos. A gente faz esse encaminhamento aqui para ter uma resposta do governo. Como é que a gente vai votar um projeto que nem chegou na Casa?

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Ok. Antes de votar a LOA, há uma solicitação do Deputado Lira para que a gente vote o Projeto de Lei nº 1.396, de 2016, que se refere ao IPVA zero, pauta de valor. A solicitação foi feita antes do pedido do Deputado Chico Vigilante. Então, antes de votar a LOA, temos de saber se vamos votar esse projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da minha parte – falando por mim; sou detentor de um voto –, estou de acordo com votar esse projeto do IPVA zero, a LOA e nada mais!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure pela Liderança do PT.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos um longo debate sobre IPVA zero.

Foi apresentado ontem por parte das concessionárias que compõem a entidade do sindicato dos proprietários um ofício sobre os projetos sociais que estão em curso, oriundos dessa lei. A matéria refere-se a uma postergação das alíquotas. Já está mensurada no projeto a desoneração. Na realidade, nós não recebemos o estudo atualizado da Secretaria de Estado de Fazenda, mas o projeto está devidamente autorizado. Do ponto de vista das informações que têm que constar – que é a desoneração –, isso é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso, sou também favorável ao encaminhamento de apreciação em plenário do projeto que trata do IPVA zero para evitar que os moradores de Brasília vão para o Entorno usufruir da isenção do IPVA, deixando lá o ICMS. Esse é o nosso entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Também há acordo do Deputado Cristiano Araújo, do Deputado Lira, do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Passemos à votação.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.396, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA na aquisição de veículos novos e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável na CCJ, a CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eu estou trabalhando com algumas matérias orçamentárias, eu peço que outro colega da nossa Comissão, ou Deputado Prof. Israel ou o Deputado Rafael Prudente, emita...

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eles não estão presentes, Deputado Wasny de Roure. Eu peço a V.Exa., se pudesse... Nem o Deputado Rafael Prudente, nem o Deputado Prof. Israel, nem o Deputado Agaciel Maia estão presentes, Deputado Wasny de Roure. Eu peço a V.Exa. ajuda.

Pergunto ao Líder de Governo se há *quorum*. Deputado Delmasso, podemos votar, temos *quorum*? (Pausa.)

Solicito aos Srs. Deputados que se encontram na Casa que possam descer para votarmos os projetos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	53

Obrigado.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Wasny de Roure, que profira parecer sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.396, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011, que concede isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA na aquisição de veículos novos e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o projeto de lei cria um mecanismo de postergação do IPVA nos anos subsequentes à compra do veículo. Trata-se de um projeto que foi, pela primeira vez, introduzido no governo anterior com o propósito de evitar que moradores do Distrito Federal que pretendessem adquirir veículo fossem para os municípios do Entorno que concedem isenção de IPVA, podendo assim migrar na aquisição de veículos e, conseqüentemente, deixar o ICMS lá.

Já há previsão na LDO da desoneração que representa o referido programa. Na mensagem do Sr. Governador, na exposição de motivos, ele relata que o ano de 2017 será da ordem de 90 milhões; o ano de 2018, 95 milhões; e o ano de 2019, 99 milhões e 800 mil reais.

Portanto, o nosso parecer é favorável à continuidade do programa. Há a devida previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal como também acolhe os ditames da Lei Orgânica e da Constituição Federal.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Para a votação desse projeto, precisamos de 16 Deputados.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Há *quorum* regimental: 16 Deputados presentes e 8 ausentes.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.396, de 2016, em primeiro turno.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ainda peço a compreensão dos colegas pela importância que é o projeto. É um remanejamento para fazer frente a pagamentos de custeios no âmbito da Secretaria de Educação. É o item nº 17, extrapauta.

Se o Deputado Rafael Prudente, inclusive, entender por bem, eu posso relatar a matéria, se for o caso, caso V.Exa. chame o projeto à apreciação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu que fiz a sugestão a V.Exa., ou melhor fiz uma solicitação e V.Exa. acatou, de votarmos o IPVA zero e em seguida votarmos o orçamento, e estaríamos conversados. Mas, atendendo – e quero deixar registrado aqui – a um pedido da Secretária de Planejamento, que vem a esta Casa e não atropela ninguém, porque ela sabe que não vai precisar da gente só uma vez, não atropela ninguém, como foi feito há pouco aqui, eu vou acatar o pedido do Deputado Wasny de Roure e peço a V.Exa. que vote esse item e imediatamente entre no Orçamento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Chico Vigilante, mas ele tem que lembrar que isso aqui é um Parlamento, não é ele que impõe as condições. Não dá para o Deputado dizer o que vai votar. Existem outros projetos importantes, temos que votar hoje a LOA, mas foi solicitado aqui o pedido que se votasse... Eu conversei com o Líder por que, se não for atender a gente, a gente levanta e vai embora. Aí não tem *quorum*. Vamos lembrar, gente, isso aqui é um Parlamento, não é casa de um proprietário, não.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Ok. Para responder a todas essas questões, nada melhor que o próprio Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	56

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, eu conheço V.Exa., sei do seu compromisso com a classe trabalhadora, eu não iria fazer um pedido, até porque o mesmo tema que V.Exa. vem defendendo eu estou defendendo e acompanhado, mas isso aqui é uma questão da sobrevivência do encerramento do ano da Secretaria de Educação. Aqui...

Não, eu só estou explicando porque sei que o senhor é uma pessoa absolutamente responsável com os trabalhadores e eu entendo o anseio do Deputado Chico Vigilante, que também é uma pessoa cuja história está ligada a esse segmento, então nós pedimos a compreensão dos colegas pela importância que tem. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças avaliou esse projeto, e eu não pediria, inclusive, sem ter a compreensão da própria comissão.

Então, Deputado, peço a compreensão dos colegas para o encaminhamento do processo de votação; se os colegas assim confiarem naquilo que a gente está discutindo na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, deixa o Líder falar primeiro, aí eu falo depois porque eu quero ouvir a resposta.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós tínhamos... Estava havendo um erro de entendimento no Projeto de Lei nº 1.366, que é o projeto que reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais. Esse projeto, inclusive, foi construído e costurado com o próprio setor produtivo, então esse projeto vai devolver recursos para o próprio mercado. Existiu uma divergência, se era necessário maioria absoluta ou maioria simples. Como ele reduz benefícios, ou seja, vai aumentar a arrecadação, ele não precisa de maioria absoluta e, sim, de maioria simples.

Então eu queria pedir a V.Exa. que, logo após a votação do projeto do Deputado Wasny de Roure, a gente pudesse entrar na votação desse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	57

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi o uso da palavra até para pedir publicamente desculpas ao Deputado Chico Vigilante, que é um amigo, um companheiro, a gente briga todo dia mas até a cabeça é parecida. Mas deixa eu dizer uma coisa: o Chico sabe do carinho que tenho por ele, a gente se respeita muito, eu me exaltei nas colocações feitas ao Deputado Chico Vigilante, que é um irmão, um companheiro, talvez não tenha me expressado da forma como deveria, e aí o Deputado Chico Vigilante não entendeu que eu estava pedindo para que votassem o PDL que susta os efeitos que hoje prejudicam todos os representantes sindicais, os quais não estão podendo receber o dinheiro que é pago pelos filiados nas entidades.

Então, só para isso, para pedir desculpas aqui publicamente porque talvez eu não tenha dito realmente o que deveria com relação ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que era importante, sim, a gente talvez criar alguns critérios sobre a questão dessas votações que estão ainda pendentes no plenário, primeiro o que é importante para a cidade, que precisa ser votado. Eu acho que nesse plenário, eu sou da Oposição e estou dando o *quorum* aqui, há projetos importantes.

Então eu acho que, na colocação do Deputado Wellington Luiz, eu falo até que é uma apropriação indébita o que o governo está fazendo, de não repassar o valor da contribuição sindical aos sindicatos. É realmente querer minar os sindicatos para não ter nem a luta sindical, o que seria muito longe de ser um governo socialista.

Então, assim, estou disposta a votar os projetos que são bons para a cidade, que são os projetos do governo, mas a gente faz alguns apelos para que se vote os projetos também que são importantes para a Oposição, para a cidade como um todo. E que todos permaneçam aqui até conseguirmos construir tudo isso com todos os colegas. Acho que hoje foi um dia difícil, não é? A gente tentar amenizar os discursos, porque as agressões gratuitas eu acho que não nos levarão a lugar nenhum. Às vezes, geralmente, quem bate leva também.

Então, vamos nos acalmar, vamos tentar construir um acordo para ver quais são os projetos importantes para o governo, para a Oposição, para todos os Deputados, e criar uma pauta para contemplar, principalmente, essas galerias, que estão aqui até agora esperando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando estava na Presidência o Deputado Julio Cesar, eu fiz uma solicitação que foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	58

acatada por ele, que era votar o IPVA zero e, em seguida, o Orçamento. S.Exa. acatou. Mas, atendendo ao apelo do Deputado Wellington Luiz, sabendo que o governo não pode retaliar os sindicatos, quero me somar ao Deputado Wellington Luiz e pedir a V.Exa. que ponha esse projeto também em votação e, em seguida, a gente vota o Orçamento. Estamos pedindo só isso. Só isso que estamos pedindo!

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Vigilante não pode dizer que a base está tratorando ninguém aqui, não. O projeto que foi votado era o projeto do governo. Então, não tem trator em ninguém, não! Isso é bom ficar claro.

E a segunda questão é a seguinte: governo socialista como? Preza o Estado mínimo, quer fazer as OS, está terceirizando tudo... Isso não é governo socialista! Pode ser qualquer governo, mas isso não é governo socialista! E ainda discrimina os servidores públicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.400, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$110.511.433,00 (cento e dez milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e trinta e três reais)”.

A proposição não recebeu o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Foram apresentadas duas emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores presentes, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.400, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 110.511.433,00 (cento e dez milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e trinta e três reais)”.

O projeto cancela do custeio de pessoal e remaneja para outros dispêndios na área de custeio no âmbito da Secretaria de Educação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	59

Nosso voto é favorável ao projeto na sua versão original, como também é favorável à Emenda Aditiva nº 1, emenda de remanejamento de saldo orçamentário da Câmara Legislativa, de 20 milhões de reais, transferindo para reserva de contingência, para o Orçamento do Distrito Federal. A presente emenda é assinada pelos membros da Mesa Diretora: os Deputados Juarezão, Lira e Delmasso.

Na oportunidade, nós temos também a Emenda Aditiva nº 2, proveniente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que faz um remanejamento interno da ordem de R\$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), cancelando várias rubricas do próprio tribunal e suplementando ressarcimento, indenizações e restituições, como também conversão de licença prêmio em pecúnia, na ordem também de R\$1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Nosso parecer é favorável. Essa emenda é um encaminhamento feito pelo Presidente do Tribunal de Contas, Renato Rainha.

Portanto, nosso parecer é favorável às duas emendas apresentadas ao projeto, bem como à sua versão original. Sr. Presidente, esse é o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.400, bem como à Emenda nº 1, da Mesa Diretora da Câmara Legislativa, e à Emenda nº 2, de iniciativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	60

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que votemos agora, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.321 e o Projeto de Lei nº 1.322, projetos que falam sobre IPTU e IPVA.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em primeiro turno?

DEPUTADO DELMASSO – IPTU, em primeiro turno; IPVA, em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos votar, primeiro, em primeiro turno. Depois, em segundo turno.

DEPUTADO DELMASSO – O Projeto de Lei nº 1.322, em primeiro turno, trata do IPTU. Depois, o Projeto de Lei nº 1.321, em segundo turno. Peço que votemos isso logo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em segundo turno, nós iremos votar na próxima sessão extraordinária. Muito obrigado, meu Líder.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.322, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

Aprovado parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Foi apresentada uma emenda de Plenário. São duas emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre à emenda.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me julgo impedido de proferir parecer a esse projeto. O Regimento Interno não impede que V.Exa. indique outro Parlamentar, mesmo que não pertença à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. O Regimento Interno prevê essa possibilidade, mesmo não havendo nenhum outro colega. O Deputado Prof. Israel é da nossa Comissão.

Sr. Presidente, eu sou extremamente disponível, mas certas questões me deixam numa situação de impedimento. Eu gostaria de ter a compreensão da Mesa dos trabalhos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	61

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.322, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, eu acato a Emenda nº 3, de autoria da Deputada Sandra Faraj. A Emenda Modificativa nº 4, de autoria do Deputado Wellington Luiz, também acato; e a Emenda nº 5, de autoria de vários Deputados, eu também acato.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo a Deputada Luzia de Paula.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas e ao Projeto de Lei nº 1.322, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto e das emendas apresentadas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	62

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão, o parecer ao projeto e às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer ao projeto e às emendas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao projeto e às emendas está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicito orientação do Líder do Governo, Deputado Delmasso, para o próximo item.

DEPUTADO DELMASSO – Será o Projeto de Lei nº 1.366, de 2016, item nº 14.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.366, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS que especifica, nos termos do Convênio ICMS 42, de 3 de maio de 2016, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu devo advertir – esse é o cuidado que temos sempre e sem isso ninguém faz nada – que eu, o Deputado Ricardo Vale e Deputado Wasny de Roure vamos votar contra esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	63

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto de lei foi construído com a Secretaria de Fazenda e com o setor produtivo. Esse projeto reduz o montante de benefício e incentivos fiscais do ICMS. Na realidade, o governo está captando esses 10% de um terço de benefício, para devolver ao próprio mercado, ou seja, o governo está ativando a economia, melhorando a economia ao aprovar esse projeto de lei. Inclusive, é um projeto que foi pedido pelo setor produtivo, que foi construído junto à Secretaria de Fazenda, para viabilizar o novo Ideas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 5 votos contrários dos Deputados Chico Vigilante, Celina Leão, Cristiano Araújo, Wasny de Roure e Wellington Luiz.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só quero dizer que o projeto se refere a aumento de imposto. Havia um compromisso de não votarmos nenhum projeto de aumento de impostos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu devo deixar claro que eu só vou votar o estritamente necessário. Não vou mais, em hipótese nenhuma, aceitar que os articuladores políticos do governo, que estão aqui o tempo todo conversando com a gente, sejam atropelados dentro desta Casa. Isso foi feito com o José Flávio, foi feito com a Tatiane. Eu não aceito! Vou votar contra. Aquele que for essencial – como é o caso do remanejamento da educação – eu voto. O que eu quero votar mesmo é o Orçamento.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque em votação o próximo item, Projeto de Lei nº 1.339, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	64

Eu só quero comunicar aos Deputados que isso foi acordado no Colégio de Líderes.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.339, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.669, de 13 de setembro de 2005, que dispõe sobre a Carreira Atividades Penitenciárias e respectivos cargos no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu vou deixar claro que estamos votando, porque, pelo que fui informado, é um projeto de interesse de uma categoria.

Agora, verifique que só há quatorze Deputados. Se eu e o Deputado Wasny de Roure tivéssemos ido embora, já não haveria mais *quorum*. E, daqui para frente, nós vamos tratar assim. Vão aprender a nos respeitar aqui dentro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – V.Exa. é o Deputado mais respeitado aqui dentro desta Casa.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 1.339, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.669, de 13 de setembro de 2005, que dispõe sobre a Carreira Atividades Penitenciárias e respectivos cargos no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal estabelece que compete à Comissão de Segurança analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre a matéria em apreço. No âmbito desta Comissão, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.339, de 2016, rejeitando a Emenda Aditiva nº 1, em sua forma original. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	65

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.339, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.669, de 13 de setembro de 2005, que dispõe sobre a Carreira Atividades Penitenciárias e respectivos cargos no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, quanto à Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Deputado Robério Negreiros, somos pela sua inadmissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um projeto que estava na pauta da Câmara, que é o Projeto de Lei nº 820, de 2015, do DER, para o qual, inclusive, foi construído um substitutivo. Então eu queria pedir para também incluí-lo na pauta. Eu queria pedir já, logo após essa votação, a inclusão, na pauta de votação, da Lei Orçamentária Anual de 2017 em primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	66

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Delmasso, Líder do Governo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que o Projeto de Lei nº 1.400, de 2016, que é sobre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, não teve o meu voto por uma emenda de autoria desta Casa constar no meio desse projeto. Então, não teve o meu voto esse projeto que foi votado. O que eu estou querendo dizer é que eu não estava no plenário, eu não votei esse projeto e não irei votá-lo nem em primeiro nem em segundo turno. Quero deixar registrado que eu estava ausente, que eu não votei esse projeto e que também não votarei em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está registrado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero retirar o meu voto ao Projeto de Lei nº 1.400, de 2016.

DEPUTADA CELINA LEÃO – V.Exa. estava ausente.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Então, que me declare ausente da votação desse projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Então, coloque nas notas taquigráficas que eu votei sem estar ciente do que eu estava votando.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para V.Exa. seguir a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Qual o item?

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, é o Projeto de Lei nº 820, de 2015, que está na pauta. Inclusive há um outro projeto também, o Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2015. Solicito a votação dos dois projetos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou retornando agora ao plenário e quero somente deixar registrado que, durante a votação do item extrapauta nº 17, Projeto de Lei nº 1.400, e do item extrapauta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	67

nº 18, Projeto de Lei nº 267, eu não estava presente. Deixo registrada a minha ausência nessas duas votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está registrado, Deputado.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 820, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a administração, a exploração, a utilização e a fiscalização das faixas de domínio do Sistema Rodoviário do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa versão final é fruto de um longo processo de debate nesta Casa, em que o Deputado Raimundo Ribeiro e a assessoria da bancada do Partido dos Trabalhadores trabalharam, corrigindo o projeto original. Foi isso que criou as condições para que o projeto viesse ao plenário para ser apreciado.

Quero aqui, publicamente, agradecer às assessorias desses gabinetes que trabalharam arduamente para dar reais condições de votação a uma matéria dessa natureza, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria somente fazer um pedido. Não sei se é possível, mas estivemos aqui, todos os Deputados, em três segundas-feiras, convocados por V.Exa. Em uma, foi para a derrubada de vetos, e nas outras duas, para votarmos projetos de Deputados. Foram votados, se não me engano, em primeiro turno, projetos de todos os Deputados. Falta votá-los em segundo turno.

Sei que já avançamos o horário, mas, para prestigiar todos os Deputados, poderíamos votar pelo menos um projeto de cada Parlamentar para encerrar. Isso, claro, depois de votarmos os projetos de quem está aqui.

(Manifestação de protesto da galeria.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Só um minutinho. Eu estou aqui até agora para votar o projeto de vocês. Se sairmos, não vai dar *quorum*. Nós estamos aqui para votar. Eu acho que é importante. Mas podemos votar o projeto da saúde primeiro,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	68

podemos votar o projeto da Polícia Civil. Nós estamos aqui para votar, pois hoje é o último dia de votação, e acho que podemos prestigiar todos os Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Tramitação concluída do Projeto de Lei nº 820, de 2015.

Foi apresentada uma emenda de plenário, substitutiva.

As Comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

Informo que, com a aprovação do substitutivo, todas as emendas aprovadas nas Comissões serão prejudicadas.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Relator, a Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu igualmente quero registrar a questão da SLU. Também estou aqui e gostaria, se possível, que o governo mandasse esse projeto. Estou aqui pronto para votar. Já faz dois anos que eles estão lutando por isso, e é inadmissível que a gente demore tanto tempo. O governo tem que mandar esse projeto para esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Todos estão aguardando aqui.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sugiro que, no intervalo de votação de um projeto polêmico e outro, seja votado um projeto de Deputado, para que possamos avançar também. O segundo turno, ok? Podemos votar o que foi aprovado em primeiro turno, dos Deputados. É claro que eu também estou aqui a favor do SLU, da Polícia Civil, da saúde, para votar todos os projetos que estão aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 820, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a administração, a exploração, a utilização e a fiscalização das faixas de domínio do Sistema Rodoviário do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	69

Sr. Presidente, esse projeto entrou na Casa há pouco mais de um ano. Ele foi amplamente debatido e foi produzido um substitutivo. Pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos de parecer favorável ao referido projeto de lei, nos termos do Substitutivo nº 59, de 2016, ao Projeto de Lei nº 820, de 2015, de iniciativa do Poder Legislativo, que “cria as condições para que o DER possa operacionalizar as faixas de domínio de responsabilidade do referido órgão”.

É um equacionamento enorme e uma viabilidade no funcionamento do órgão. Portanto, o nosso parecer é favorável à referida propositura, nos termos do substitutivo.

Várias emendas que foram apresentadas estão acolhidas no substitutivo e algumas, rejeitadas. Portanto, dispensa-se a leitura das referidas emendas. É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer ao Substitutivo nº 59, de 2016, apresentado ao Projeto de Lei nº 820, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a administração, a exploração, a utilização e a fiscalização das faixas de domínio do Sistema Rodoviário do Distrito Federal e dá outras providências”.

Diante do exposto, rejeito as Emendas nº 1 a 58 e acato o substitutivo.

É assim que nos manifestamos, nobre Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	70

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Substitutivo nº 59, de 2016, apresentado ao Projeto de Lei nº 820, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a administração, a exploração, a utilização e a fiscalização das faixas de domínio do Sistema Rodoviário do Distrito Federal e dá outras providências”.

Acolho o substitutivo da Emenda nº 59, rejeitando as demais emendas, de 1 a 58.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que está tarde, mas quero a leitura de cada emenda. Não vou votar o que não sei o que é.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – É só um substitutivo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito a leitura do substitutivo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, tenho que votar sabendo o que estou votando. É a Mesa que procede à leitura, mas eu vou fazer uma concessão e pedir cinco minutos a V.Exa. para que eu proceda à leitura do substitutivo, enquanto V.Exa. coloca o próximo item da pauta em votação. Isso porque não estou muito zangado ainda!

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar sobre dois assuntos. Um é a questão do SLU. Eles estão aqui buscando uma coisa que, para eles, não só é extremamente plausível, como se trata da própria sobrevivência deles, do que foi injustamente retirado dessa categoria. Existem pessoas aí que tiveram redução de 40% no salário, mais de 40% no salário. Soube do caso de um pai de família que, por causa dessa situação, recebeu um salário de 200 reais.

Segundo informações da Comissão que estava trabalhando nessa matéria, existia uma proposta que estava em tramitação na Casa Civil do Distrito Federal. Eu, como vocês viram, liguei para o Secretário Sérgio Sampaio, que relatou a dificuldade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	71

de o governo encaminhar esse projeto tendo em vista que ele afronta o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós recebemos a comissão do SLU, que veio aqui embaixo, começamos a construir a saída de tentar fazer a vinculação do retorno, isso porque não é um benefício, mas essa recomposição salarial com base na TLP – Taxa de Limpeza Pública. O problema é que, para que isso aconteça, vamos ter que mexer no aumento da TLP.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO DELMASSO – Esperem aí, eu só estou fazendo o relato. Por favor, vocês pediram para eu falar, e não estou aqui defendendo, estou fazendo um relato.

Segundo informações da própria Secretaria de Planejamento, para enviar esse projeto para cá, esse projeto poderia até ser aprovado pela Câmara Legislativa, mas ele afrontaria o disposto no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aí, nós chegamos a um impasse.

O Deputado Wasny de Roure apresentou uma proposta, que era justamente a de fazer a recomposição da TLP, e essa recomposição seria vinculada, ou seja, vai ter que fazer uma atualização – e isso significa aumentar, sim, a Taxa de Limpeza Pública, porque, quando você faz uma recomposição, você aumenta – e fazer um estudo da possibilidade de nós vincularmos o aumento dessa arrecadação com a recomposição da taxa para a recomposição do salário dos servidores. Então, a construção desse projeto é a ideia apresentada pelo Deputado Wasny de Roure de fazer um estudo de atualização. Vou fazer a defesa do que o Deputado Wasny de Roure fez, porque a TLP no Distrito Federal está desatualizada.

Existe um plano, existe outra proposta, que é dizer que o Governo do Distrito Federal vai fazer a recomposição a partir do momento em que sair do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO DELMASSO – Calma, esperem, amigos, eu não estou aqui defendendo o lado a ou o lado b. Estou fazendo um relato do que me foi passado.

Na minha visão, o projeto mais plausível é a proposta que o Deputado Wasny de Roure apresentou, porque ela garante uma arrecadação para que haja essa recomposição. Agora, estamos verificando a possibilidade, se existem condições, de montar esse projeto ainda esta noite, para que a gente possa, pelo menos, entregar ao governo uma proposta. Para isso, é necessário que os nossos técnicos se debrucem para fazer essa atualização da TLP. Para isso, é necessário que façamos a atualização da TLP.

Bem, o governo demorou dois anos para apresentar essa solução. Nós encontramos essa solução aqui. É muito ruim a gente estar construindo uma solução



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	72

e ouvir do plenário algumas injustiças. Eu entendo que vocês estão há dois anos e têm razão pelo que vocês estão lutando. Contudo, nós precisamos construir uma solução que não seja mentirosa, que seja verdadeira, porque vocês não querem ser mais enganados. Não adianta nós aprovarmos um projeto aqui que vai chegar ao outro lado da rua e vai ser vetado.

Então, não adianta – desculpem-me – usar aqui a boa vontade de vocês, não dá para usar a boa vontade de vocês aqui neste plenário, aprovarmos o projeto e falar “a Câmara Legislativa fez seu papel”, mas aprovar o que é inconstitucional. Desculpem-nos, nós não podemos brincar com vocês. Ou nós construímos uma solução legal e definitiva ou não dá para fazer disto aqui – desculpem-me a expressão – um circo, em que a gente aprova algo aqui, vocês aplaudem aí, mas é inconstitucional. E, aí, esta Casa engana, mais uma vez, vocês. Isso eu não vou aceitar.

Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, na verdade eu pedi que fosse feita a leitura para abrir a oportunidade aqui para eu dar uma explicação. Está, nesse substitutivo, exatamente uma posição de quem não atropela ninguém.

Trata-se de um projeto do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, que era um projeto horroroso, era um projeto que criava uma segunda Agefis no Distrito Federal, com poderes absolutos e que ia massacrar, principalmente, aqueles vendedores que estão ao longo das faixas do DER – o vendedor de laranja, de caldo de cana, do quiosquinho que existe ali.

Sentamos com a assessoria de governo, o José Flávio e a Tati, e eles concordaram que a gente elaborasse um substitutivo. Nós tivemos a participação da assessoria do PT, da assessoria do Deputado Raimundo Ribeiro – e aí eu quero fazer justiça –, do Deputado Wellington Luiz – Deputado Wellington Luiz, a assessoria de V.Exa. –, da assessoria da Deputada Celina Leão e de dois servidores do DER.

O projeto substitutivo, Deputado Juarezão, é assinado por mim, por V.Exa., pela Deputada Luzia de Paula, pelo Deputado Prof. Rinaldo Veras, pelo Deputado Delmasso, pela Deputada Telma Rufino, pelo Deputado Wasny de Roure e pelo Deputado Wellington Luiz. Portanto, são esses Deputados, com os votos dos demais que estão aqui, que estão salvando os vendedores, os quiosqueiros, especialmente os que ficam daqui para Brazlândia, Deputado Juarezão – V.Exa. que está acostumado a comprar naquela estrada goiaba; morango, quando tem; laranja – eu também. Aquele povo ia ter derrubados os seus barraquinhos. Iam ser todos expulsos. Estamos salvando-os.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	73

Portanto, faça-se justiça ao processo de diálogo aqui. O substitutivo foi escrito por nós, mas eu fiz questão de dar essas explicações para que as pessoas aprendam como é que se trabalha aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Parabéns, Deputado. Eu conheço todo mundo na região de Brazlândia, assim como a Deputada Luzia de Paula. Ia ficar muita gente desempregada naquela região.

Em discussão o parecer da CDESCTMAT. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Julio Cesar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 820, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a administração, a exploração, a utilização e a fiscalização das faixas de domínio do Sistema Rodoviário do Distrito Federal e dá outras providências”.

Somos pela admissibilidade do Substitutivo – Emenda nº 59, de 2016 – ao Projeto de Lei nº 820, de 2015, no âmbito da CCJ, e rejeitamos todas as outras emendas – Emendas nºs 1 a 58.

Parabenizo a Liderança do PT e todos os Deputados que fizeram parte da construção desse substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	74

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 820, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a redação das Leis Complementares nº 769/08, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, e dá outras providências”, e nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, no que se refere à previsão do auxílio-doença e a concessão da licença para tratamento de saúde”.

Tramitação concluída. Apresentada uma emenda de plenário. As Comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais a emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a redação das Leis Complementares nº 769/08, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, e dá outras providências”, e nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, no que se refere à previsão do auxílio-doença e a concessão da licença para tratamento de saúde”.

Trata-se da Subemenda nº 3, substitutiva, da bancada do Partido dos Trabalhadores. No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no mérito, somos pela admissibilidade da referida emenda.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	75

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a redação das Leis Complementares nº 769/08, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, e dá outras providências”, e nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, no que se refere à previsão do auxílio-doença e a concessão da licença para tratamento de saúde”.

Parecer sobre a Subemenda nº 3, substitutiva, da bancada do Partido dos Trabalhadores. O parecer da CEOF é pela aprovação e admissibilidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça a emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a redação das Leis Complementares nº 769/08, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, e dá outras providências”, e nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	76

fundações públicas distritais, no que se refere à previsão do auxílio-doença e a concessão da licença para tratamento de saúde”.

Sr. Presidente, trata-se de parecer à Subemenda nº 3, substitutiva, da bancada do Partido dos Trabalhadores. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da referida emenda.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	77

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para declaração de voto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este projeto que acabamos de votar é muito importante para o servidor público. Hoje se o servidor público do GDF pegar um atestado médico que passe de quinze dias, tem que ir lá para o Iprev se afastar, a exemplo da iniciativa privada, e ficar como se estivesse no INSS. Este projeto é bom para o servidor e é bom para o Iprev, porque, ao invés de se afastar pelo Iprev, ele continua de licença médica recebendo o seu salário, sem ter que se sacrificar, se deslocar, fazer aquela via sacra de sofrimento que faz hoje.

Então, é uma grande vitória para os servidores do GDF e é uma grande vitória também para o Iprev.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.260, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2017”.

Tramitação concluída.

Foram apresentadas quatro emendas de plenário.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.260, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2017”.

A emenda modificativa apresentada em plenário pelos Deputados Wasny de Roure, Wellington Luiz e Cláudio Abrantes é difícil e complexa para que eu faça um exame exatamente de parecer. O que aconteceu na Comissão – lá havia vários policiais, inclusive o Gaúcho estava – foi que o Deputado Wasny de Roure tinha apresentado umas emendas de custeio e uma emenda de benefício para a polícia, no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	78

valor de 48 milhões. Eu expliquei a todos que eu acolheria a emenda de 48 milhões, que era inerente a benefícios diretamente ligados aos policiais, e que as emendas de custeio, reforma de delegacia ou compra de equipamentos, eu teria dificuldade em acatar. Primeiro, porque o total delas ultrapassaria a reserva de contingência à qual se dava como fonte. Foi aprovado, por unanimidade, que ficaríamos restritos aos 48 milhões, esqueceríamos investimentos em construções ou coisas dessa natureza, porque não teria nenhuma eficácia.

Explicando tecnicamente, significa dizer que, se eu acolho, podem derrubar os 48 milhões dizendo que nós descumprimos a lei federal, porque a reserva de contingência vem com 3%. Tira-se 2% e divide para as emendas de Deputados, o que dá R\$18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais) para cada Deputado em 2017. A lei exige que volte 1% de reserva de contingência, sob pena de nulidade da peça orçamentária.

Ora, as emendas apresentadas agora em plenário vão exatamente de encontro, pelos valores. Pode parecer uma vitória botar essas emendas aqui, mas, do ponto de vista técnico, o governo pode alegar que está sendo descumprida uma legislação. Aí, em vez de levar os 48 milhões, não se leva nada.

Outra coisa, eu quero explicar que, e policiais são inteligentes – eu tenho conversado com o Deputado Cláudio Abrantes e com o Deputado Wellington Luiz –, se nós acatarmos medidas de custeio, mesmo que o governo vete, mesmo que volte para esta Casa e ela derrube o veto, o governo contingencia, porque é custeio. Então, não tem nenhuma eficácia.

Então, seria mais simples para mim dar parecer favorável se eu não fosse um técnico especializado em orçamento. Era muito melhor discursar para vocês, nem olhar para essas emendas aqui e dizer: Olha, acato as emendas. Ponto Final.

Há aqui a emenda do Deputado Wasny de Roure. Somos cinco membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Nós aprovamos os 48 milhões para a Polícia Civil e as demais coisas como Defensoria etc. respeitando um critério. Se houver algum membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que queira relatar favoravelmente, eu faço a designação. Porém, eu não posso acatar essas emendas aqui, porque vou prejudicar o total.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. apresentou as emendas. Se quiser relatar, eu passo a relatoria. (Manifestação da galeria.)

Sr. Presidente, eu espero que nem o Conselho Regional de Economia nem a FGV cassem meu diploma.

Portanto, eu sou favorável à aprovação das referidas emendas. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	79

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Agaciel Maia, eu quero pedir a sua atenção como também a de cada um dos presentes. Eu não desconheço a matéria de orçamento. Desde o meu primeiro mandato, eu trabalho na Comissão de Orçamento.

Mesmo quando fui da Câmara dos Deputados, como Deputado Federal, lá estive na Comissão Mista de Orçamento. Inclusive, em 2005, fui relator setorial, a exemplo da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças daqui. O que nós fizemos foi apresentar fontes de cancelamentos diferentes de reservas de contingência. Qual é a estratégia, Deputado Wellington Luiz? É demarcar para o próprio governo que há um movimento que ele fez por ocasião da proposta que encaminhou a LDO, em que apontava para a Polícia Civil um orçamento global distribuído nas três rubricas – pessoal, custeio e investimento – da ordem de 2 bilhões, 50 milhões – alguma coisa assim. Quando encaminhou a proposta de distribuição de recurso para a Secretaria de Orçamento Federal, o governo faz uma drástica redução, sobretudo na Polícia Civil, mas também fez na Polícia Militar, e agrega, faz esse movimento para as outras rubricas.

Ora, naquele momento, o que o governo tinha feito de negociação? Primeiro, a previsão orçamentária do governo – o Deputado Agaciel Maia sabe perfeitamente disso – foi inferior àquilo que de fato aconteceu. O governo previa um reajuste, se não me falha a memória, de 5,9% da receita corrente líquida. Ela chegou a 6,5%. Isso dava uma diferença de 106 milhões de reais.

Depois, o Governo Rollemberg negociou o regime próprio da Previdência Social com o governo com o superávit adicional de pouco mais de 300 milhões de reais. Ainda assim, com esse movimento que ocorre no orçamento do Fundo Constitucional que, em termos de rubrica geral, sai de 12 bilhões e 57 milhões de reais em 2016 para 13 bilhões e 189 milhões de reais. O governo remaneja 600 milhões para a Secretaria de Saúde e remaneja cento e poucos milhões para a área da educação. Não há como nós quisermos contra-argumentar o governo na área da saúde, mas há uma nítida melhoria do Fundo Constitucional no Distrito Federal, e o movimento do governo é exatamente o inverso, reduzindo o orçamento da Polícia Militar, mas, sobretudo, da Polícia Civil.

Ora, eu não acredito que quem apresentou a LDO não tivesse consciência da proposta orçamentária. Tinha perfeita consciência. Vem o Secretário aqui. A gente insiste por mais de uma vez, Sr. Presidente, na explicação do fato. Não deu explicação nenhuma. Simplesmente, com uma ordem sobrenatural, ele fez esse remanejamento sem a menor satisfação, ainda que a audiência fosse para esclarecer isso.

Nós não estamos aqui brincando. De fato, esta emenda, Deputado Agaciel Maia, nós a estamos propondo para que o governo repense essa resposta que tem que dar à sociedade. Não dá para o governo desconhecer o que ocorreu no período



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	80

anterior. O único segmento que não teve a revisão salarial – o único segmento – foi exatamente a Polícia Civil, alegando o governo anterior, na época, que, como a Polícia Civil não iria ter o reajuste encaminhado ao Congresso Nacional, ele, Governo do Distrito Federal, não tinha força para convencer o Governo Federal a encaminhar o da Polícia Civil do Distrito Federal. Esse foi o argumento do Governo Federal.

Ora, o novo governo se inicia nessa crise política que o País vivenciou, mas há de se lembrar que o compromisso firmado pela Presidenta Dilma é encaminhado por ela ao Congresso Nacional. O Presidente Temer confirma isso, tanto é verdade que esse foi um dos primeiros debates que ocorreu nessa fase da saída da Presidenta Dilma e da chegada do Vice-Presidente na condição de Presidente do País.

Pois bem, esse debate foi feito. Deu-se continuidade ao projeto da Polícia Civil, e o Governo do Distrito Federal, alegando dificuldades pouco convincentes, nos recebeu em n audiências. Recebeu o Deputado Cláudio Abrantes, que patrocinou o debate, as lideranças dos delegados, as lideranças da polícia do SINPOL – Sindicato dos Policiais Civis –, o Gaúcho com toda a diretoria. Nós estivemos lá por várias vezes.

Sr. Presidente, eu nunca desconheci as dificuldades financeiras do Governo Rollemberg, mas nós precisamos ter um senso de justiça e de compromisso, e eu vou continuar nessa luta e umas das formas de eu me expressar é essa tribuna, são esses papéis, são essas emendas. A forma de eu me expressar é essa.

Eu sei que o governo tem o poder da sanção ou do veto nisso, assim como em muitos pleitos para que eu fui lá. Quando eu fui lá pelo Sol Nascente, o governo achou que não, que tinha que continuar derrubando. Ele faz a parte dele, e eu faço a minha parte.

Eu não posso aqui me fazer uma pessoa insensível à realidade que o governo enfrenta. Ontem mesmo debati com o Deputado Rafael Prudente aquele aumento da alíquota. Defendi a posição do governo, que tratava de um fundo de erradicação da pobreza. Defendi a posição. Então, eu sou absolutamente transparente. Estou fazendo tudo dentro daquilo que o regimento me permite. Vou levar isso ao Governador.

Eu quero aqui dizer, inclusive, Deputado Agaciel Maia – eu quero chamar à consciência V.Exa. e outros colegas –, que nós trouxemos, no início do ano passado, o debate da correção do Fundo Constitucional. Muitos nos trataram como verdadeiros bobocas – essa é a expressão, Sr. Presidente, quero ser muito honesto aqui. Inclusive, eu estava sendo porta-voz de técnicos que haviam aprofundado no assunto identificado.

Quando o Deputado Laerte Bessa nos convidou para conversar com o novo Ministro do Planejamento, nós fomos lá. Ninguém acreditava. O Governador Rollemberg pegou o estudo e começou a andar para baixo e para cima, a Presidenta Dilma, o Presidente Temer, mais isso, mais aquilo outro, e conseguiu sensibilizar...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	81

Agora a matéria está para ser apreciada no Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas do Distrito Federal reconheceu. Acham que a gente aqui é menino de recado? Eu ganhei o processo eleitoral com muita dificuldade, foi pelo meu trabalho. O Regimento me dá legitimidade, como dá ao Governador. Então, eu vou defender, com todos os princípios – as pessoas aqui me conhecem –, de maneira respeitosa, mas de maneira convincente. Ele assim fez com as várias categorias: manteve aquilo que era para a Polícia Militar, mas não quis manter para os demais servidores.

Ele entendeu isso. Fez para os procuradores, não quis reduzir, como reduziu dos demais. Aos próprios auditores, ele manteve as decisões. Ora, venhamos e convenhamos, não vamos achar que existem dois tipos de cidadãos nesta cidade, Deputado Agaciel Maia. O governo apresentou o projeto aqui, na área da isenção e remissão da Terracap, eu trouxe ao debate. Nós fizemos a emenda com a ajuda do Sérgio. Por quê? Ora, gente, venhamos e convenhamos! Nós precisamos ter bom senso e entender as posições políticas que cada um de nós cumprimos na sociedade.

O Governador Rollemberg foi eleito, não faço parte da sua base. Dialogo com ele. No que eu entendo que posso concordar, eu concordo e apoio. Com aquilo que não concordo, eu digo claramente: não concordo. Eu votarei sempre de maneira respeitosa, entendendo o interesse público.

As pessoas que derrubem, é natural da política. Eu vou continuar defendendo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu nunca escondi minha admiração pelo Deputado Wasny de Roure, por dois motivos. Primeiro, porque S.Exa. é um dos melhores economistas do Brasil, e eu sou apenas um aprendiz diante dele. Segundo, que além de um grande economista, agora está se esmerando e se transformando num grande tribuno, principalmente depois que foi para a Oposição. Portanto, Deputado Wasny de Roure, eu quero parabenizar V.Exa. pela desenvoltura, pelo coleguismo e pela capacidade técnica que tem.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou entrar nas questões técnicas, porque essa não é minha área, mas sem dúvida nenhuma o trabalho feito pelo Deputado Wasny de Roure é intocável. Eu acho que todos nós devemos muito ao Deputado Wasny de Roure. Com certeza, Sr. Presidente, a polícia saberá pagar – e vai pagar – com trabalho em defesa da sociedade. É assim que a gente compensa aqueles que acreditam em nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	82

O gesto de grandeza do Deputado Agaciel Maia é um ato que demonstra o compromisso desta Casa com a Polícia Civil do Distrito Federal. Sr. Presidente, uma coisa temos que lembrar. Há pouco eu falava com o Paulo, o secretário geral do sindicato, e ele lembrou algo importante. O governo conseguiu mandar um orçamento inferior. O governo não demonstra qualquer respeito, qualquer sensibilidade com esses que têm a obrigação de proteger a sociedade. Esse é o tratamento que o Governador tem dado à Polícia Civil do Distrito Federal. Se não fosse o trabalho do Deputado Wasny de Roure, hoje essa categoria seria mais prejudicada, mas quem vai pagar essa conta é a sociedade, porque com uma polícia sucateada, o custo é alto, a violência está tomando conta.

Então, Deputado Wasny de Roure, Deus o abençoe e continue iluminando V.Exa., para que faça justiça com os números, já que esse governo não tem sensibilidade alguma. Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, categorias aqui presentes, principalmente da Polícia Civil, eu creio que nós vivemos aqui um momento muito importante, porque a Câmara Legislativa do Distrito Federal, independentemente de ser base ou oposição, toma lado neste momento, e o lado dela é o da Polícia Civil do Distrito Federal. Isso é de uma importância muito grande.

Daqui a pouco vou falar sobre o Deputado Wasny de Roure, mas tenho que parabenizar o ato do Deputado Agaciel Maia. Mesmo com suas convicções técnicas, pela formação esmerada que tem, S.Exa. reconhece e aprova a emenda, porque reconhece esses profissionais que estão na galeria. Isso é determinante para esta Casa neste momento.

O trabalho do Deputado Wasny de Roure – o Deputado Wellington Luiz colocou de maneira muito precisa – é irretocável. E digo que não é só neste momento. O próprio Deputado Wasny de Roure teve um trabalho extremamente importante, orientando a Fazenda do Governo do Distrito Federal nos recursos que ficavam de superávit do Fundo. Então, ele tem dado uma contribuição significativa em todo esse processo.

Não vou me alongar porque, tecnicamente e também do ponto de vista da política, o Deputado Wasny de Roure nos deu uma aula hoje aqui. Então, eu quero fazer esse reconhecimento. Quero inclusive adiantar, porque hoje a Câmara Legislativa vai, de maneira diversa do que se pensa, dizer: olhe, Governo do Distrito Federal, nós estamos colocando à disposição recursos que podem ser para a Polícia Civil. A conversa de que não tem dinheiro, de que não pode dar, ela vai sanar agora. Eu digo, com toda a convicção, que confio não só na política, mas na técnica empregada nessa emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	83

Caro Líder de bloco, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós não estamos fazendo somente uma questão para passar à categoria que ocupa essa galeria. A técnica empregada nessa emenda, diante do Regimento e de tudo que foi colocado, permite isso e nos dá condições, sim, de dialogar com o governo. Esperamos que esse diálogo seja reaberto, esse bendito diálogo, porque isso já está passando do tempo. As ruas estão demonstrando a necessidade de uma polícia motivada, de uma Polícia Civil motivada, porque é ela que dá estabilidade para a segurança pública.

Aproveitando, Sr. Presidente, não estamos no momento de encaminhar a votação, mas quero já dizer aqui que o Bloco Sustentabilidade e Trabalho está encaminhando pela votação "sim", a favor dessa emenda.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero neste momento parabenizar o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Agaciel Maia pela brilhante emenda feita dentro do projeto.

Muitas vezes vi esses Deputados defenderem a categoria. Eu não poderia deixar de fazer esse relato. Muitas vezes vi o Deputado Cláudio Abrantes extremamente angustiado por ver a categoria não ser atendida. Muitas vezes conversamos também com outros Deputados, para ver qual solução poderia ser dada à Polícia Civil.

E hoje fico muito feliz de poder colaborar, de votar por essa emenda, porque vejo que uma solução foi dada. Esta Casa, com o brilhantismo das ideias do Deputado Wasny de Roure, não se furtou de entrar no debate, de entrar na solução e trazer uma proposta, em que o governo e o Legislativo podem caminhar juntos e atender à categoria.

As minhas palavras são breves. Contem com o nosso apoio. De antemão, lógico, já estou declarando o meu voto favorável à emenda. Deus abençoe a todos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure, fazendo uma correção na fala do Deputado Agaciel Maia, e dizer que S.Exa. não está se tornando Oposição. Deputado Wasny de Roure sempre se portou como um Deputado de Oposição. Então, quero fazer esse registro aqui das várias posturas que V.Exa. teve e que sempre votou junto com o governo quando os projetos eram bons para a cidade. Mas acho que S.Exa. trouxe uma solução técnica para esse problema, que o governo foi incompetente até hoje para resolver.

Quero parabenizar, Deputado Wasny de Roure, V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	84

Eu tenho participado dessa movimentação, ouvido muito através do olhar e da preocupação do Deputado Wellington Luiz, que é da categoria, que tem sempre nos chamado para essa trincheira e que faz quase um ano de apelo, de tentativa de negociação com o Governo do Distrito Federal, sem nenhuma sinalização realmente viável e republicana. Sair desta Casa uma possível solução para esse impasse, vindo da sabedoria de V.Exa., para nós, é uma honra muito grande.

Quero também parabenizar o Deputado Agaciel Maia, que teve muita responsabilidade. É muito complicado um Deputado da base ter coragem de votar esse projeto aqui, acatando essa emenda como Presidente da Comissão. Deixo o meu registro aqui também de gratidão ao Deputado Agaciel Maia.

Nós temos dois Deputados aqui da carreira de vocês. Diga-se de passagem, são dois Deputados que nos orgulham muito, muito mesmo. É muito importante para vocês terem Deputados aqui da carreira de vocês, porque não foram poucas as vezes que esses Deputados brigaram com o governo e gritaram, mas os nossos esforços para tentar resolver o impasse eram realmente ignorados.

Nesta noite, o gesto do Deputado Wasny de Roure traz a possibilidade de uma solução. Quero parabenizar S.Exa., mas também a todos vocês, porque são 23h e vocês estão aqui até agora nos aguardando. Aproveito para fazer um registro também. Eu já teria ido embora se não fosse para votar o projeto de vocês, que estão aí na galeria esperando.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de tudo, quero parabenizar o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Cláudio Abrantes pela luta incansável que os dois fazem aqui em defesa da Polícia Civil do Distrito Federal.

Quero também parabenizar – acabamos de ter uma grande aula de Economia do nosso Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Wasny de Roure – por essa brilhante apresentação que V.Exa. fez. Eu sou o seu aprendiz, Deputado Wasny de Roure.

Também quero parabenizar o Deputado Agaciel Maia pela atitude nobre, Deputado. Mesmo tecnicamente, talvez tendo argumentos até mesmo para rejeitar a emenda, V.Exa. teve a sensibilidade de entender que os policiais civis têm, sim, direitos, e esses direitos precisam prevalecer e precisam ser executados.

Quero, antes de tudo, dizer que, pela Liderança do Governo, tive uma conversa com o Presidente do sindicato. Quero tentar reabrir as negociações para o bem de Brasília. É necessário que a nossa Polícia Civil venha a ser valorizada e, no que depender da Liderança do Governo, nós vamos abrir o diálogo dentro de uma proposta plausível para valorizar o policial civil, que trabalha em defesa da nossa cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	85

Parabéns!

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos. Agradeço ao Deputado Agaciel Maia, que teve um gesto sensacional ao aprovar a emenda do Deputado Wasny de Roure na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Eu quero aproveitar também para parabenizar o Deputado Wasny de Roure, que fez parte da comissão, junto conosco, por dois anos. Sem dúvida alguma, tive a oportunidade de aprender um pouco sobre Economia, sobre a maneira como ele realmente trabalha. É uma pessoa dedicada nesse assunto.

Deputado Wasny de Roure, parabéns! Parabéns ao Deputado Cláudio Abrantes e ao Deputado Wellington Luiz, que fazem um trabalho sensacional em prol dos policiais civis. Quero reconhecer que esses policiais que aqui estão são guerreiros, porque até este horário estão aqui lutando por essa causa. Esta Casa faz um gesto muito nobre ao votar, sim, pela carreira da Polícia Civil.

Então, parabéns a todos vocês.

Eu também voto sim.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte: já que todos estão rasgando seda a favor da Polícia Civil, dos militares, eu também quero rasgar seda e dizer que eu estou ansioso para votar, sim, a favor do projeto e também para votar outros projetos que estão na fila. Então, vamos votar, porque, daqui a pouco, é amanhã. Está bem, gente!

Um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O que é mais importante para a Polícia Civil é a votação. Então, vamos votar.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	86

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.260, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós votamos uma emenda de nossa autoria, da nossa bancada, a Emenda nº 2, no Projeto de Lei nº 1.392, que trata da LDO, suprimindo o anexo 11 de matéria de renúncia tributária. Foi uma emenda equivocada, porque nós encontramos a saída neste projeto da isenção e das remissões de IPTU da Terracap.

Então, Sr. Presidente, eu peço vênia a V.Exa. para que rejeite essa emenda para que o projeto não seja prejudicado.

Sr. Presidente, essa emenda terá de ser rejeitada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – V.Exa. está solicitando destaque à emenda?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, é para retificação do voto que ocorreu. Não sei se é na forma de destaque. É destaque, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Sim, na forma de destaque.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então, é na forma de destaque, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Acato a solicitação do Deputado Wasny de Roure.

Solicito à Sra. Secretária que faça a leitura da Emenda Destacada nº 2, da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Emenda Supressiva nº 2, ao Projeto de Lei nº 1.392, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.514, de 3 de agosto de 2015, e a Lei nº 5.695, de 3 de agosto de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para os exercícios financeiros de 2016 e 2017, respectivamente”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	87

Esta emenda determina: “Suprima-se do anexo XI – Projeção de Origem Tributária e de Natureza Creditícia e Financeira, ajustado pelo art. 2º da proposição em epígrafe, as seguintes renúncias fiscais”.

Em discussão a emenda destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários à emenda destacada permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda supressiva está rejeitada com a presença de 16 Deputados.

Ratifico a votação, em segundo turno, do projeto com 13 votos favoráveis, bem como sua redação final.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria agradecer aos colegas e pedir desculpas pelo erro cometido por nós. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – V.Exa., quando erra, todo mundo compreende.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a segunda sessão extraordinária, com início imediato após esta, para discussão e votação, em segundo turno, dos projetos de lei...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um pedido aos Deputados que estão em plenário neste momento.

Nós temos a Francisca, que está aqui até esta hora servindo água, café, chazinho e tudo para nós. E temos a Ruth, que é uma pessoa fantástica também. Essas duas copeiras estão com uma caixinha de Natal, e, até agora, até onde eu sei, só quem contribuiu com a caixinha de Natal foi a Deputada Telma Rufino. Nem eu contribuí ainda. Portanto, eu vou contribuir e estou fazendo um apelo para que todos os Deputados contribuam com a caixinha da Francisca e da Ruth.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Eu solicito que elas coloquem a caixinha ali e que os Deputados todos ajudem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Francisca, bote a caixinha ali para ajudarmos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2016	18h20min	32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	88

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Convoco as Sras. e Srs. Deputados para a segunda sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão extraordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.390, de 2016; Projeto de Lei nº 1.322, de 2016; Projeto de Lei nº 1.321, de 2016; Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2016; Projetos de Lei nº 1.261, de 2016; Projeto de Lei nº 1.366, de 2016; Projeto de Lei nº 1.339, de 2016; Projeto de Lei nº 1.400, de 2016; Projeto de Lei Complementar nº 87, de 2016; Projeto de Lei nº 1.396, de 2016; Projeto de Lei nº 820, de 2015; Projeto de Lei nº 1.281, de 2016; Projeto de Lei nº 1.260, de 2016, bem como as demais proposições constantes na pauta da sessão ordinária, todos os itens incluídos e extrapautas de hoje.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós ficamos aqui até esta hora e vamos ficar mais um pouco. Na verdade, quem trabalha aqui somos nós. Portanto, eu quero sugerir a V.Exa., se os demais Deputados estiverem de acordo, que votemos, pelo menos, um projeto dos Deputados que estão em plenário em segundo turno também, senão vamos aprovar só projetos do governo.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Concordo, Deputado Chico Vigilante, porque eu também quero votar o projeto do albergue. Ouviu, Deputado Prof. Reginaldo Veras?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 23h14min.)